

# ARQUITETURA MODERNA BRASILEIRA

ORGANIZADO POR ELISABETTA ANDREOLI & ADRIAN FORTY

# ARQUITETURA MODERNA BRASILEIRA



# FORMA SEM UTOPIA

Durante o século XX o Brasil criou e renovou quase que a totalidade de seu ambiente construído, na proporção de um dos maiores, senão o maior, ritmos de desenvolvimento industrial do planeta. Esse desenvolvimento acelerado se deu, no entanto, com um século de atraso em relação àquele ocorrido na Europa Ocidental e nos Estados Unidos. Duas conseqüências importantes podem ser destacadas.

A primeira é o modelo social desse desenvolvimento acelerado, que aproveitou e atualizou, para industrializar-se, a estrutura de uma sociedade agrária-colonial que não promoveu uma "revolução burguesa" clássica. É uma peculiaridade uma que marca a heterodoxia das relações sociais no Brasil até hoje.

A segunda é que esse *tour de force* modernizador saltou a fase das grandes reformas urbanas que acompanharam o capitalismo industrial europeu e americano no momento formador da metrópole moderna, a partir da segunda metade do século XIX. Sobrepostas, ambas as conseqüências geram

o mesmo fato urbano, ou seja, a explosão das principais cidades por sobre uma base colonial rudimentar. Modestas intervenções segundo o espírito do século XIX foram implementadas, principalmente no Rio de Janeiro, a antiga capital federal, em São Paulo, com a expansão do café, em Santos, etc. Mas fato é que quase tudo é muito novo por aqui, no que se refere ao Brasil industrial. Não construímos nem as representações ideológicas da civilização burguesa nem a correspondente infraestrutura produtiva que marcou a Europa no século XIX, definidora de suas principais cidades.

Artefato único produzido por tais especificidades do modelo de desenvolvimento, as grandes e médias cidades são a expressão espacial direta da violência do processo social da modernização brasileira. É pertinente aqui a distinção que o historiador Sérgio Buarque de Holanda faz entre a colonização espanhola e a portuguesa na América. Nascidas e expandidas em grande medida conforme às improvisações dos caminhos e sistemas de proteção, as cidades brasileiras tiveram como objetivo último a performance de acumulação econômica, e não o desenvolvimento em paralelo de um conceito clássico de cidade, como um evento cultural e civilizatório.<sup>1</sup> Tudo se passa como se a espontaneidade da ocupação territorial luso-colonial, contraposta por Sérgio Buarque de Holanda à regularidade planejada da América hispânica, se prolongasse, para obter proveito máximo, durante o salto industrializador inusitado. Seu paroxismo, na atual fase do capitalismo financeiro global, é a megalópole paulista, uma construção-ruína de alta performance de acumulação de capital.

Em contraposição aparente a esse processo espontâneo e desregulamentado de produção de cidades, tradução desimpedida das forças sociais e produtivas em atuação, emergiria a cultura arquitetônica moderna no Brasil. Os desencantos de tal ideologia nos centros onde foi originada não precisam mais ser sublinhados. No Brasil, no entanto, estas contradições são de outra ordem, e ainda sustentam os mitos que estruturam as respostas de nossa cultura arquitetônica ao caos das cidades.

### O Brasil do Modernismo

O país saído do Segundo Império, com o advento da República em 1889, era dominado pelas oligarquias regionais e economicamente sustentado pela monocultura cafeeira. Durante a Primeira República, as rigorosas políticas monetaristas de controle fiscal e de liberalização econômica estavam sob a tutela do capital financeiro inglês. Esse modelo entra em crise a partir dos anos 20, em sintonia com as alterações macro-econômicas no capitalismo mundial do entre-guerras. No Brasil, essa situação também provocou dificuldades econômicas e grandes pressões sociais, que culminaram com a Revolução de 1930, liderada pelo presidente Getúlio Vargas e de caráter centralizador e intervencionista. O fortalecimento subsequente de uma economia articulada nacionalmente deveria ultrapassar o binômio dominante que juntava os altos rendimentos dos proprietários do café às aplicações financeiras em Londres. Em 1937, o caráter conservador e autoritário do movimento preveleceria e Getúlio Vargas estabeleceria no país um governo ditatorial conhecido como Estado Novo, que duraria até 1945.

Esse modelo centralizador, que se fortaleceu com as dificuldades criadas no comércio mundial pela Segunda Guerra, manteve hegemonia relativa mesmo durante o governo militar implantado no país a partir de 1964, depois de breve interregno democrático no período de 1945 a 1964.

Desenvolvimentista e conservador ao mesmo tempo, o projeto de modernização brasileiro iniciado nos anos 30 perdurou até o final dos anos 70, quando chegou ao fim o regime militar.

Tal modelo propiciou altas taxas de crescimento econômico a partir dos grandes investimentos na infra-estrutura produtiva, acompanhados de políticas sociais repressivas e excludentes, de gradação variada.

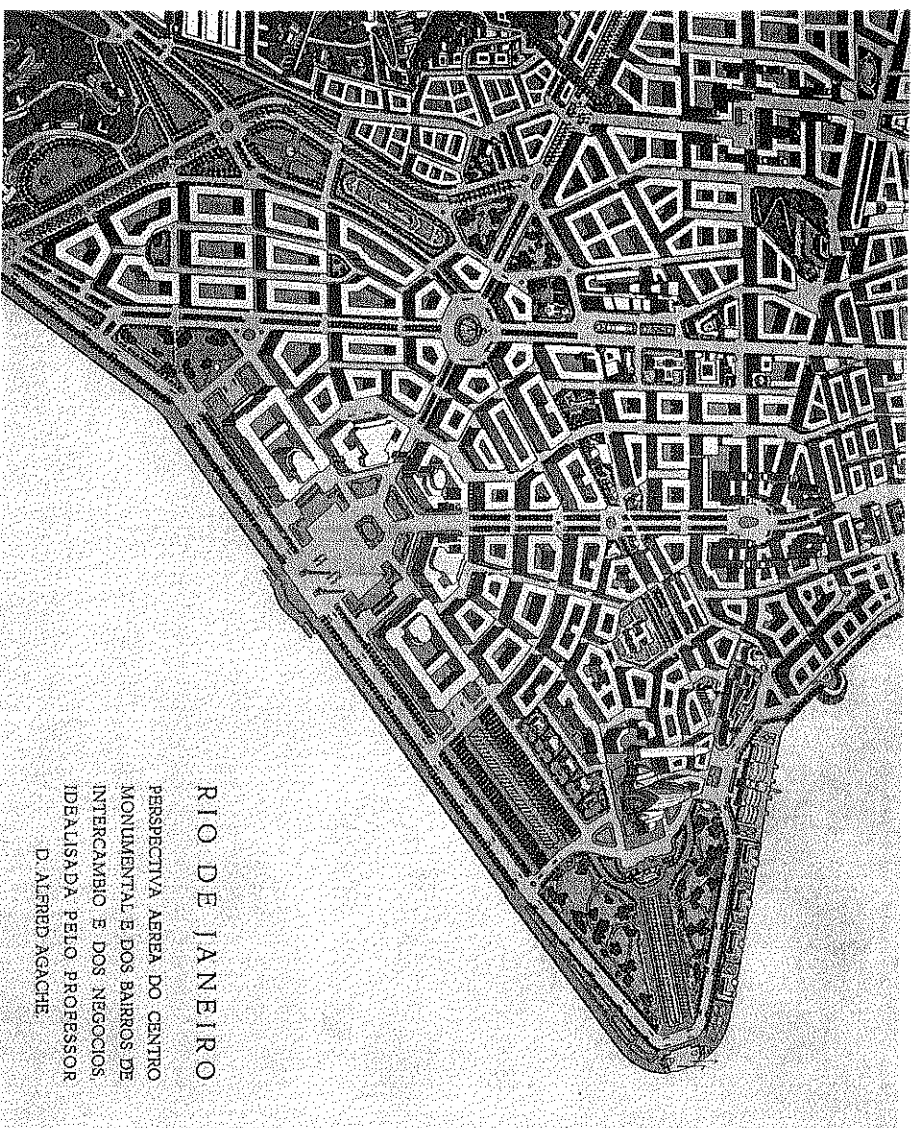
O Estado Nacional, base dessa arrancada industrial, teve, no entanto, que ser construído tanto politicamente quanto ideologicamente. A arquitetura moderna brasileira seria, sem dúvida, um de seus mais eficientes emblemas, trazida a campo exatamente no momento em que a revolução modernizadora e centralizadora agonizava em direção ao autoritarismo da ditadura Vargas (1937), modernizador também ele próprio. Inserida numa sociedade que, no intervalo de poucas décadas, teria que saltar de organização escravocrata e arcaica a Estado moderno, centralizado e autoritário, a arquitetura moderna cumpriria uma função ideológica fundamental.

Assim, o revide moderno no Brasil não correspondeu a uma realidade produtiva concreta mas adiantou-se a ela, criando as condições ideológicas para a sua implementação por meio das ações de um Estado centralizador sintonizado com o ambiente antiliberal do entre-guerras.

Certa artificialidade com que a ideologia arquitetônica moderna transplantou-se para o Brasil não deve portanto espantar aos ortodoxos que buscam equivalência direta entre a base produtiva industrial e as manifestações da cultura. Se considerarmos, por exemplo, o esquema proposto pelo historiador italiano Manfredo Tafuri no seu livro *Projeto e utopia*, veremos que a partir da grande crise de 1930, o trabalho de







reconfiguração física das cidades teria sido transferido para as ações de Estado, tornando-se parte da estratégia de planejamento nacional. A falência da "ideologia da Planificação" que caracterizara o movimento moderno no período imediatamente anterior a 1930, reduz a disciplina arquitetônica, em suas palavras, uma "inutilidade sublimine".<sup>2</sup>

Essa falta de sobrecarga social para a arquitetura moderna brasileira a teria liberado de seus anseios utópicos originais, permitindo-lhe cumprir o seu programa sem maiores restrições.<sup>3</sup> No mais, isso revela a natureza do Movimento Moderno como um todo, enfatizando a fragilidade do elo que as ideologias reformistas haviam estabelecido entre avanço social e capitalismo industrial.

No Brasil, a partir de 1935, essa arquitetura intrinsecamente formalista seria chamada a

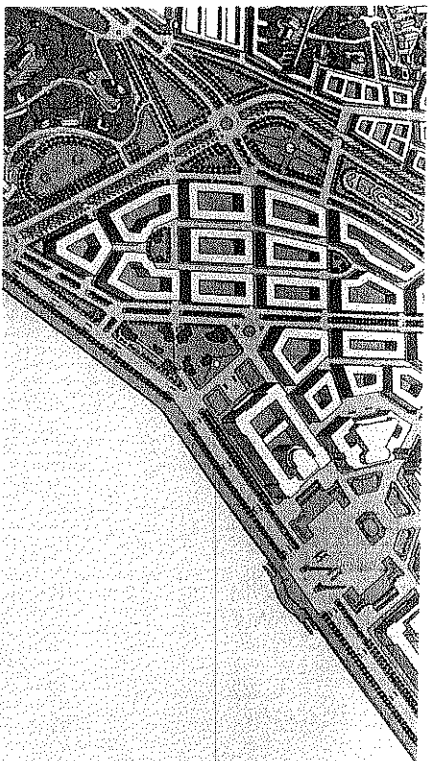
A abstração como base da padronização,

especialmente como apresentada no trabalho de Le Corbusier, constitui-se como evidência de modernidade. Tanto as primeiras casas de Gregori Warshavchik na década de 20 em São Paulo, como o edifício do Ministério em 1936, forjaram técnica construtiva moderna nas oficinas de artesãos que imitavam a aparência tecnológica dos

componentes construtivos. Numa outra escala, o mesmo problema era enfrentado pelo próprio Le Corbusier em suas primeiras vilas, nas quais a geometria perfeita e branca dos volumes era arduamente buscada por meio de estruturas de concreto e blocos imperfeitos. A arquitetura moderna brasileira não inventou o formalismo moderno, deturpando princípios importados; é inegável, no entanto, que os arquitetos brasileiros tiraram grande proveito dessa característica

Alfred Agache, *Cidade do Rio de Janeiro*, 1930. Encomendado pela Prefeitura do Rio de Janeiro, o projeto de Agache para a "extensão, remodelação, [e] embelezamento" da cidade propôs mudanças substanciais à topografia, incluindo o nivelamento de morros e a recuperação de terreno marítimo, como demonstrado neste mapa de esplanada do Castelo, onde a nova sede do Ministério da Educação e Saúde seria posteriormente construída.

Lucio Costa e equipe, Ministério da Educação e Saúde, 1936. O projeto final resultou da adaptação do projeto original de Le Corbusier nesta acrilite local liberada



## RIO DE JANEIRO

PERSPECTIVA AEREA DO CENTRO  
MONUMENTAL E DOS BAIROS DE  
INTERCAMBIO E DOS NEGOCIOS,  
IDEALISADA PELO PROFESSOR  
D. ALFRED AGACHE.

reconfiguração física das cidades teria sido transferido para as ações de Estado, tornando-se parte da estratégia de planejamento nacional. A falência da "ideologia da Planificação" que caracterizara o movimento moderno no período imediatamente anterior a 1930, reduz a disciplina arquitetônica, em suas palavras, uma "inutilidade sublimine".<sup>2</sup>

Essa falta de sobrecarga social para a arquitetura moderna brasileira a teria liberado de seus anseios utópicos originais, permitindo-lhe cumprir o seu programa sem maiores restrições.<sup>3</sup> No mais, isso revela a natureza do Movimento Moderno como um todo, enfatizando a fragilidade do elo que as ideologias reformistas haviam estabelecido entre avanço social e capitalismo industrial.

No Brasil, a partir de 1935, essa arquitetura intrinsecamente formalista seria chamada a participar da construção da imagem da Nação: dos primeiros estudos para a construção do Ministério da Educação e Saúde no Rio de Janeiro, até a apoteose da implantação da Capital Federal no planalto central do país, a partir de 1957. Este trabalho tem o objetivo de aproximar o que a historiografia, precária, da arquitetura moderna brasileira sempre afastou, a saber, o caos das cidades e as propostas de sua aparente superação.

### Cidade e Plano

O dilema inicial da implementação da arquitetura moderna no Brasil se dá exatamente no confronto entre o potencial social e utópico da forma moderna e sua dimensão comunicativa, de linguagem.

A abstração como base da padronização, especialmente como apresentada no trabalho de Le Corbusier, constitui-se como evidência de modernidade. Tanto as primeiras casas de Gregori Warchavchik na década de 20 em São Paulo, como o edifício do Ministério em 1936, forjaram técnica construtiva moderna nas oficinas de artesãos que imitavam a aparência tecnológica dos componentes construtivos. Numa outra escala, o mesmo problema era enfrentado pelo próprio Le Corbusier em suas primeiras vilas, nas quais a geometria perfeita e branca dos volumes era arduamente buscada por meio de estruturas de concreto e blocos imperfeitos. A arquitetura moderna brasileira não inventou o formalismo moderno, deturpando princípios importados; é inegável, no entanto, que os arquitetos brasileiros tiraram grande proveito dessa característica original presente na Nova Arquitetura.

O Ministério de Educação e Saúde é a origem da arquitetura moderna brasileira. Tradução direta dos princípios corbusianos, cancelada pela presença do mestre em sua célebre visita à América do Sul em 1936, esse edifício mostrava, já em cada detalhe, um ruído, uma deturpação adaptadora. Não se tratava de uma adequação ao clima, aos materiais locais – desde sempre prevista por Le Corbusier – mas de uma flexibilização de cada um dos "cinco pontos" corbusianos no sentido da exploração máxima de efeitos.

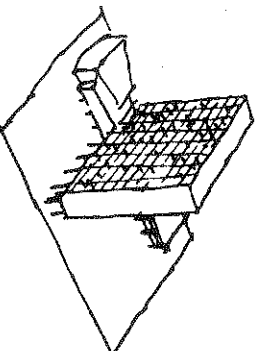
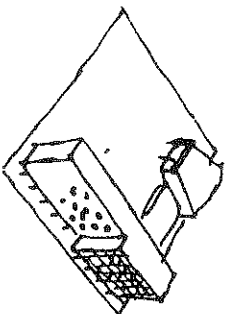
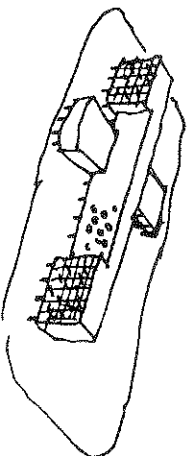
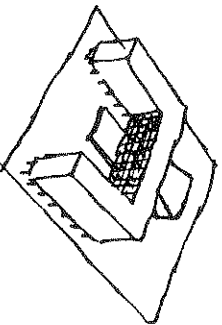
O embate entre a feliz coincidência que unifica a mais rigorosa autonomia da forma à sua funcionalidade social e a operação ideológica no âmbito de uma linguagem moderna estava já

Alfred Agache, *Cidade do Rio de Janeiro*, 1930.

Encomendado pela Prefeitura do Rio de Janeiro, o projeto de Agache para a "extensão, remodelação, [e] embelezamento" da cidade propiciou mudanças substanciais à topografia, incluindo o nivelamento de morros e a recuperação de terreno marítimo, como demonstrado neste mapa de esplanada do Castelo, onde a nova sede do Ministério da Educação e Saúde seria posteriormente construída.

Lucio Costa e equipe, Ministério da Educação e Saúde, 1936. O projeto final resultou da adaptação do projeto original de Le Corbusier pela equipe local liderada por Lucio Costa. Os croquis mostram a evolução do projeto (ver página ao lado, a partir do topo) começando com o projeto inicial proposto pelos arquitetos brasileiros, a primeira proposta de Le Corbusier para o terreno na Baía da Guanabara, sua segunda proposta para o terreno na esplanada do Castelo e o projeto final adaptando a solução de Le Corbusier ao projeto urbanista de Agache.

gache, *Cidade do Janeiro*, 1930. Mandado pela Prefeitura de Janeiro, o projeto foi para a "extensão, alargamento" da cidade em mudanças tais à topografia, e o nivelamento de a recuperação de marítimo, como itrado neste mapa de da do Castelo, onde de do Ministério da ão e Saúde seria rmente construída. Esta e equipe, do da Educação e 1936. O projeto final original de Le Corbusier uipe local liderada io Costa. Os croquis m a evolução do projeto gina ao lado, a partir 2) começando com rquitos brasileiros; itra proposta de usier para o terreno da Guanabara, sua ta proposta para o ) na esplanada do e o projeto final ndo a solução de busier ao projeto sta de Agache.



equacionado nesse momento fundador. Nisso consistia sua absoluta modernidade, que nada tinha a ver com as características regionalistas que o crítico britânico Kenneth Frampton atribuiria à arquitetura moderna brasileira. Tal exacerbação moderna deve ser entendida a partir da dialética da modernidade, e não como uma reação local a seu universalismo.

O edifício do Ministério da Educação e Saúde já trazia em si todas as possibilidades que seriam exploradas no contexto da arquitetura moderna brasileira daí por diante, quer se trate de seus edifícios, quer se trate de suas intervenções urbanas. Laboratório experimental de ideologias e formas, este edifício nos interessa aqui por dois aspectos cruciais, a saber: a relação que estabelece com o sítio em que foi implantado; o conflito que apresenta entre alegoria de modernização e função social.

Os projetos corbusianos no entre-guerras remetiam-se, invariavelmente, ao plano urbano, objeto último da intervenção do arquiteto. Uma primeira constatação já indica que, apesar dos discursos acalorados, a versão definitiva do edifício do Ministério restringe drasticamente essa amplitude urbana: mantendo, no entanto, com rigor, os "cinco pontos" da nova arquitetura. O projeto elabora um complexo arranjo entre o novo edifício e o sítio, local que tanto desagradara Le Corbusier. Para ele, esse palácio moderno deveria fazer parte da grande intervenção ensaiada nas belas perspectivas para a nova cidade do Rio de Janeiro. Daí sua insistência no terreno em frente à baía de Guanabara, inviabilizado pelos entaves

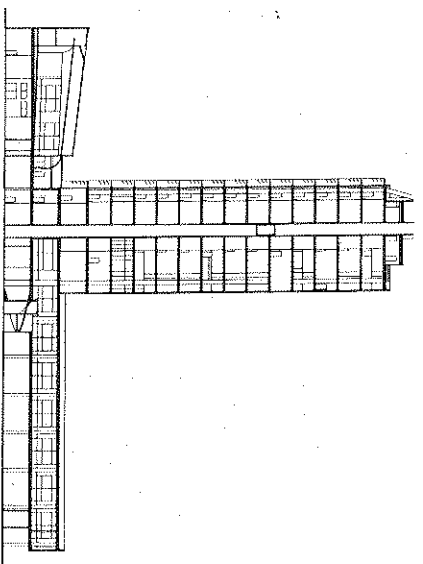
burocráticos. O sítio definitivo, na trama tradicional do projeto de Alfred Agache para a área do Castelo, nada tinha de corbusiano. Seria lá, no entanto, que a jovem equipe brasileira realizaria com esmero uma das mais complexas e contraditórias implantações de um edifício moderno desde então.<sup>4</sup>

Em ambos os estudos de Le Corbusier – tanto no principal, para o terreno da praia, quanto para o terreno original situado no Castelo, revisado pelo arquiteto às pressas nas vésperas de seu regresso à Europa – a relação entre edifício e terreno era determinante do arranjo dos volumes. A partir do retorno de Le Corbusier para a Europa, a equipe retomaria o estudo para o terreno original, descartado de início. Dar-se-ia então a grande alteração dos princípios da implantação definida pelo mestre. A disposição dos volumes alterava a frontalidade e a horizontalidade, características fundamentais dos estudos de Le Corbusier, que garantiam, no edifício, sua conexão com o Plano. O estudo final – o construído de fato – procurava intensa relação com a geometria e hierarquia das ruas nas quais se implantava, indo contra qualquer lógica planificadora nos termos corbusianos. Essa característica, de responsabilidade da equipe contra a vontade do mestre, conferiu ao edifício a monumentalidade com que ele resistiu à intensa ocupação do entorno pelos novos arranha-céus que a cidade viu surgir nas décadas seguintes. Da mesma forma, a utilização dos "cinco pontos" corbusianos passou por uma alteração sutil, não criticada por seu idealizador, que inclusive reivindicou posteriormente a autoria do resultado final. Os *plans* se alongaram e perderam a lógica

modular vertical. Falseados na direção do salão de exposições, eles criavam no embasamento um ritmo "expressionista" inédito dentro da obra de Le Corbusier. O *brise-soleil* e o *pan-verre* se absolutizaram, o que dava à lâmina uma pureza abstrata ainda mais radical que nos outros estudos. São diversos os exemplos dessa flexibilização que indicava uma ruptura entre as soluções e os princípios.

Seu sucesso se deve ao seguinte paradoxo: a utilização integral dos "cinco pontos da nova arquitetura" se chocou com o espírito planificador e reformador que os gerou. Não se trata de uma traição desses princípios, mas de uma potencialização de seu formalismo, funcionando plenamente "fora de lugar". Realizou-se nesse projeto uma dupla operação: a liberação da forma quer de seus vínculos funcionalistas quer de seus vínculos urbanos com o Plano. Uma superação do próprio engano moderno, que atrelava, sem mediação, dimensão social e forma autônoma.

Uma nova relação entre arquitetura moderna e modernização social se estabeleceria no Brasil a partir dessa equação formadora. Não mais vinculada à Ideologia liberal ou maquinista, origem mesmo da modernidade artística na Europa, mas à realidade do plano (Tafuri), quer dizer, a arquitetura passaria a ficar diretamente vinculada à realidade do plano, ou seja, à ação direta do Estado planificador, interventor e essencialmente autoritário que caracterizaria os anos 30 por toda parte. A matriz principal dessa arquitetura foi sem dúvida um dos mais contundentes emblemas da nova Nação, moderna e original, que se inseria



com novo papel na ordem econômica internacional depois da grande crise dos anos 30.

Esse vício de origem viabilizaria a formação da arquitetura moderna brasileira ulterior, até a construção de Brasília, quando o caráter autoritário do processo da modernização do país se sobreporia às tentativas de sua democratização. Ele daria, além disso, o tom anti-social e anturbano que se tornaram a marca de seus mais destacados exemplares.

#### **Pampulha**

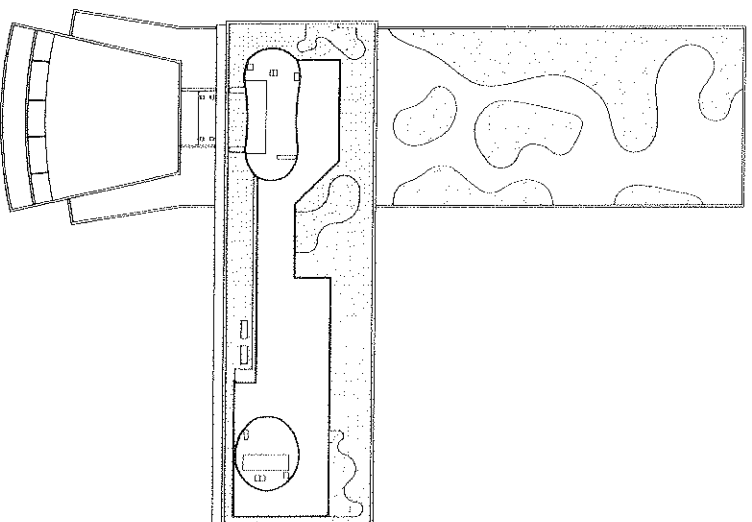
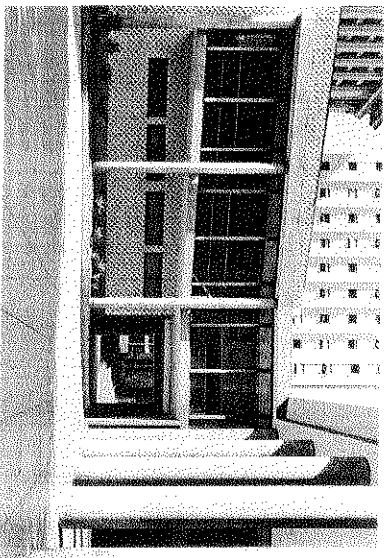
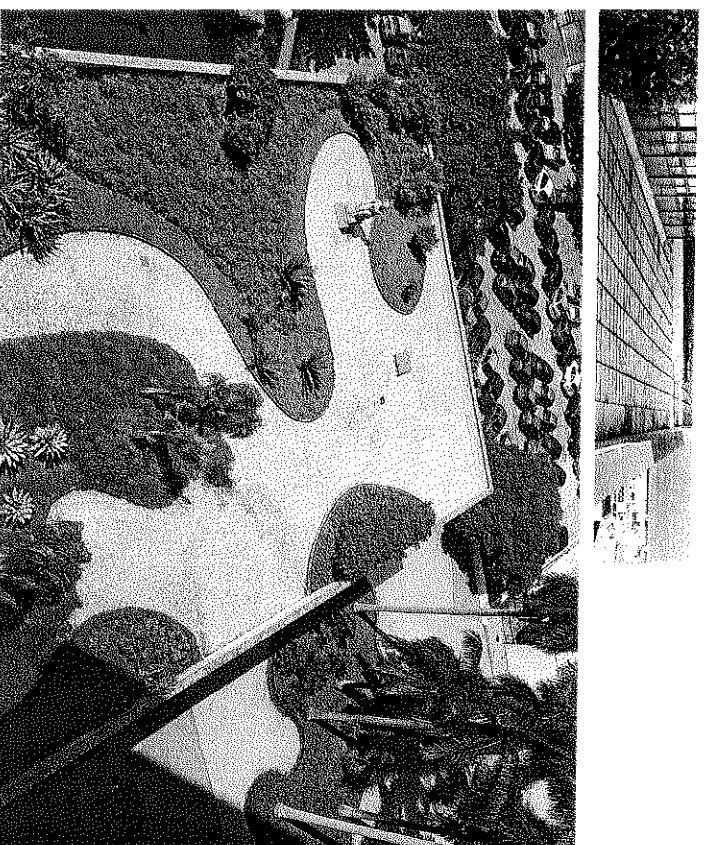
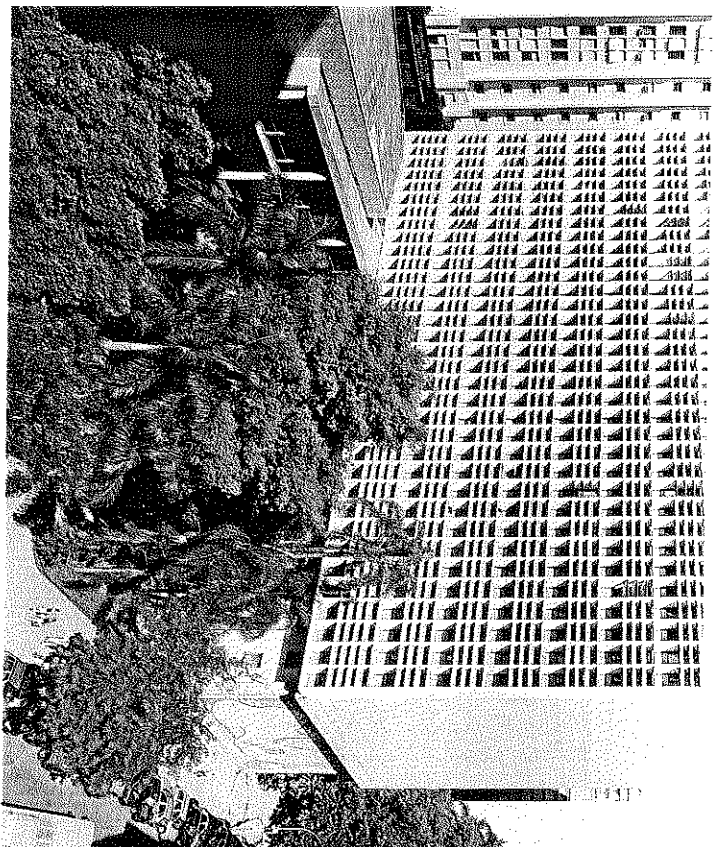
A arquitetura moderna brasileira nasce com o projeto e a construção de um palácio governamental para um ministério estratégico na formação ideológica da nova Nação. O Ministério da Educação e Saúde era o responsável em padronizar o ensino, os currículos escolares, a língua, etc., num país "sem caráter" das oligarquias da República Velha (1889-1930) e das colônias da recente imigração europeia e oriental.

Essa arquitetura consolida-se, no entanto, com a construção, nos primeiros anos da década de 40, de um conjunto arquitetônico na periferia da cidade de Belo Horizonte, imaginado por Juscelino Kubitschek para orientar o crescimento dessa cidade para além de seu plano original, e, principalmente, suas áreas de elite e de seu entretenimento.

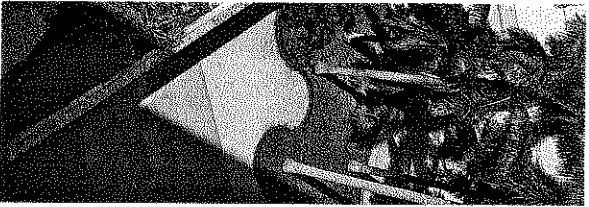
Em volta de um lago artificial situado, na região da Pampulha, foram distribuídas pequenas jóias arquitetônicas, projetadas pelo arquiteto Oscar Niemeyer. Não é nada surpreendente o fato de que tal complexo jamais tenha sido utilizado segundo

Lucio Costa e equipe, Ministério da Educação e Saúde, Rio de Janeiro, 1936. Pioneiro na utilização da *curtain wall* (ver página ao lado), este projeto seminal para o Modernismo brasileiro representou uma adaptação original dos "cinco pontos" para uma nova arquitetura de Le Corbusier, como demonstrado no corte à esquerda.

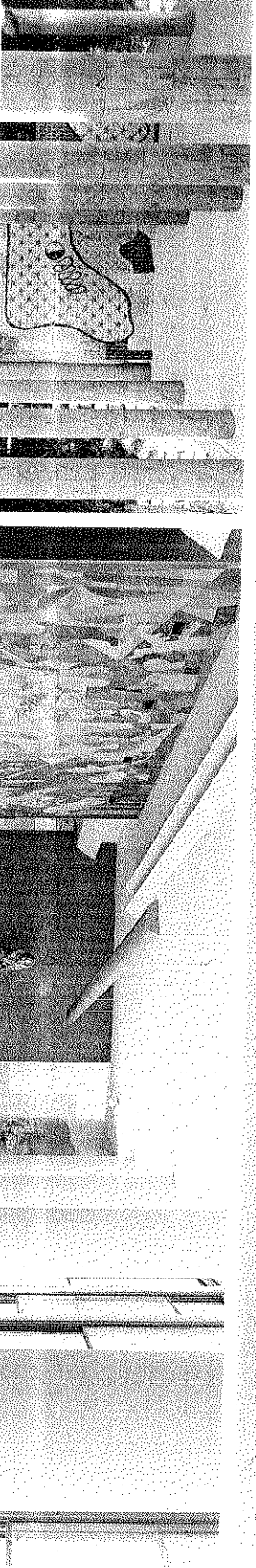




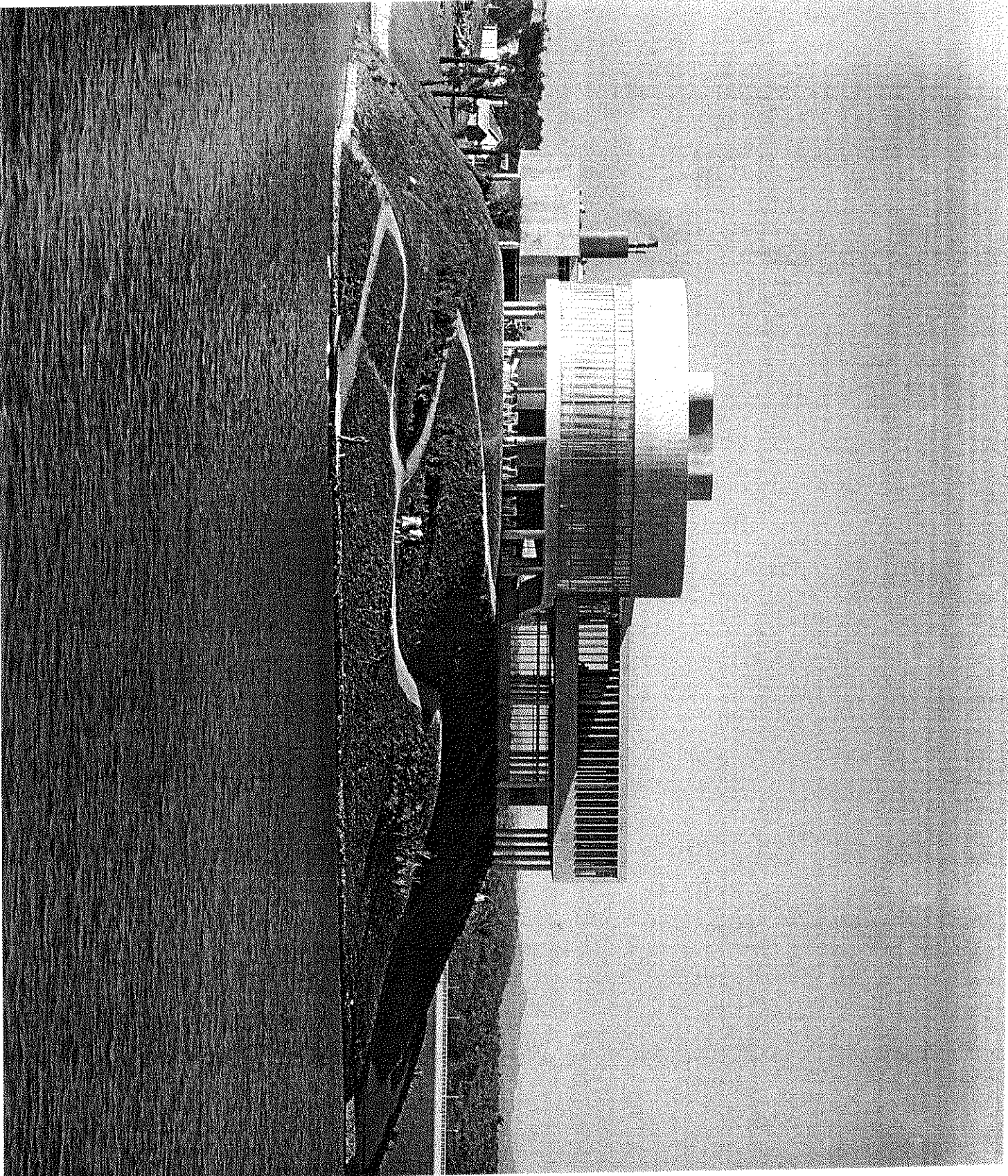
Lucio Costa e equipe, Ministério da Educação e Saúde, Rio de Janeiro, 1936. O *brise-soleil*, outra das sugestões de Le Corbusier, foi utilizado pela primeira vez em larga escala na fachada norte (acima, à esquerda). Roberto Burle Marx projetou os jardins, incluindo os das galerias de exposições (à esquerda, acima à direita e no topo). Revestimento cerâmico foi aplicado em partes do edifício, um gesto simbólico de reconhecimento às tradições decorativas brasileiras, conforme visto no auditório (abaixo, à esquerda), e nos painéis de Cândido Portinari no vão livre da entrada (ver página ao lado, à esquerda).

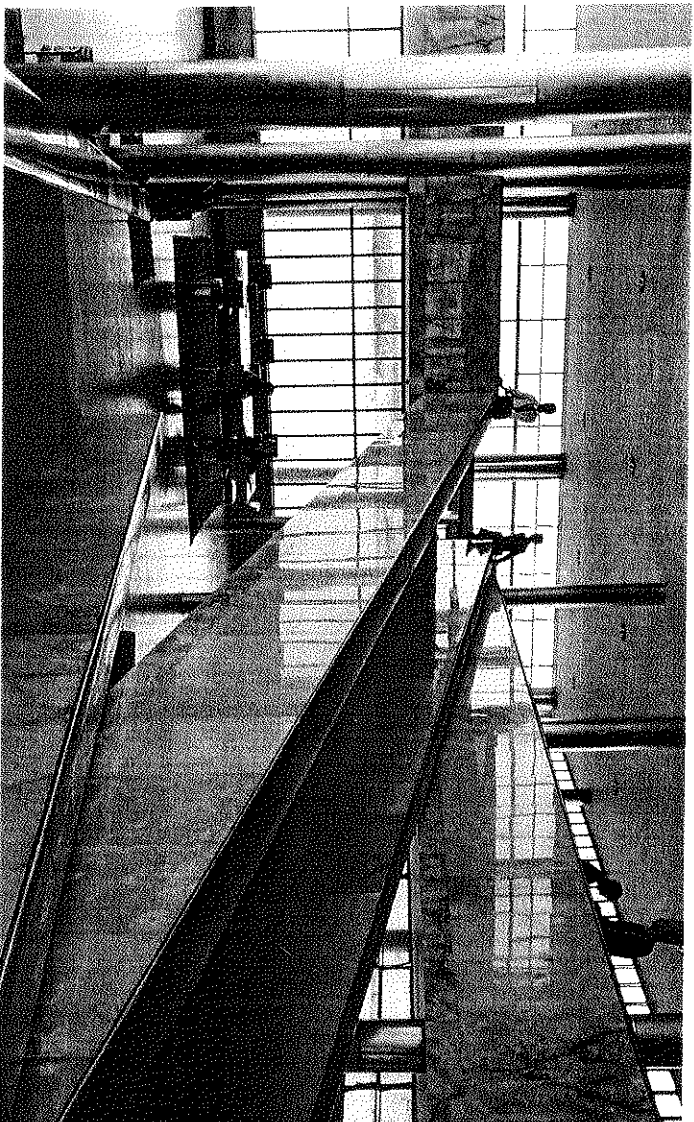


Esta e equipe,  
do da Educação e  
rio de Janeiro, 1936.  
soleil, outra das  
es de Le Corbusier,  
ado pela primeira  
arga escala na  
norte (acima, a  
a). Roberto Burle  
jetou os jardins,  
o os das galerias  
sões (à esquerda









Oscar Niemeyer, Cassino (posteriormente Museu de Arte da Pampulha, Belo Horizonte, 1940). O Cassino foi o primeiro projeto a ser construído como parte de um novo em torno de um lago artificial. Com sua fachada de vidro refletindo a paisagem (ver página ao lado), e sua rebuscada circulação, empregando rampas, escadas e escadarias em espiral, o edifício alude à *Idéia de promenade architecturale* de Le Corbusier (acima).

O plano inicial: a Igreja só seria consagrada anos mais tarde, devido às resistências das autoridades religiosas em relação às suas formas arrojadas; a Casa do Baile, único edifício com apelo popular, nunca chegou a ser assim utilizada – inclusive porque a distância do centro da cidade e a ausência de transporte público inviabilizavam sua utilização pelos trabalhadores; o famoso Cassino nem chegou a ser inaugurado, pois o jogo foi proibido no Brasil; o late Clube tampouco funcionou como centro de esportes náuticos, graças à situação de grave poluição do lago artificial, causada pela ausência de infra-estrutura sanitária para o novo bairro nobre da cidade que circundava esse conjunto arquitetônico.

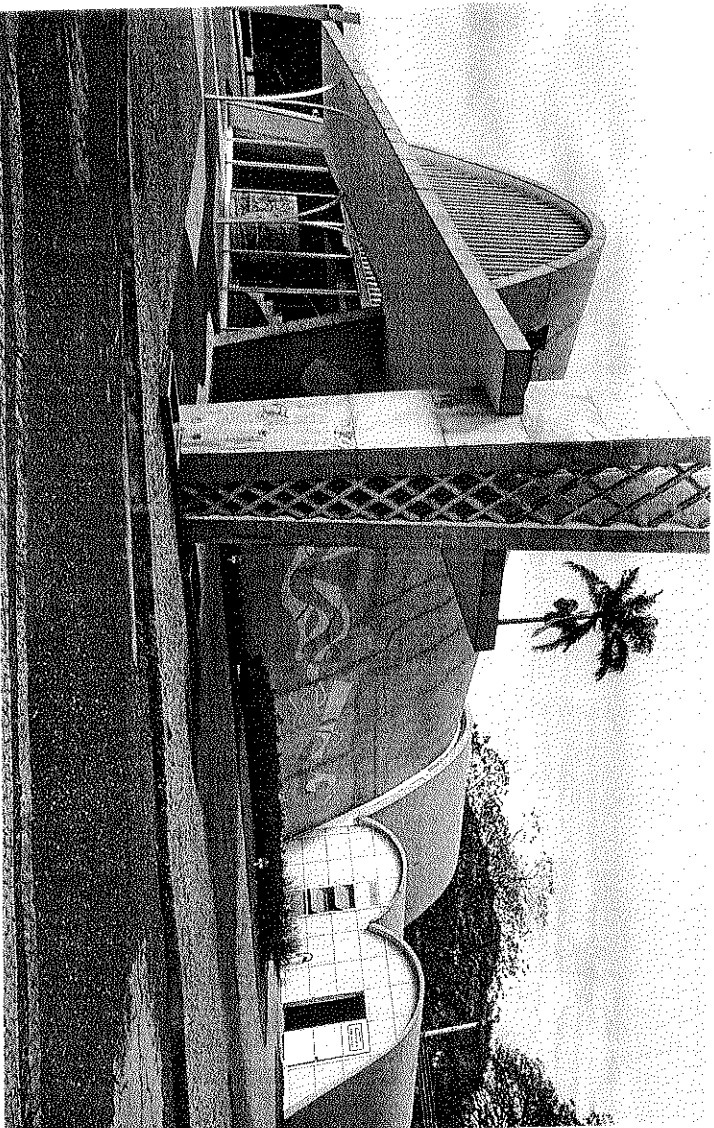
Nada mais intovvertido, no sentido urbano, que esse lago orbitado por exemplares ao mesmo tempo exóticos e inúteis, compondo uma espécie de mostruário arquitetônico de novidades. Em nada esse conjunto lembrava o programa heróico moderno, que prescrevia habitação popular e cidade nova. Em vez disso, ele retratava um cenário impossível para a *dolce vita* de uma burguesia que antevia sua meteórica ascensão ao mundo do consumo, voltando suas costas para a

cidade existente ao mesmo tempo que orientava a ação das forças de expansão imobiliária. O paradoxo se completa com a total integração dessa arquitetura aos mecanismos agressivos da produção das cidades no Brasil durante sua arrancada industrial. Sem passado – a cidade real – e sem futuro – o

Plano – a arquitetura moderna brasileira completa seu colapso ideológico com o projeto de Brasília, metonímia ela mesma do colapso da possibilidade democrática do desenvolvimentismo conservador brasileiro. Ambos, passado e futuro, aparecem formalizados, em abstração máxima, no jogo “regional” da celebrada apropriação da herança colonial barroca nas formas curvas arrojadas de Oscar Niemeyer e outros importantes arquitetos do período.

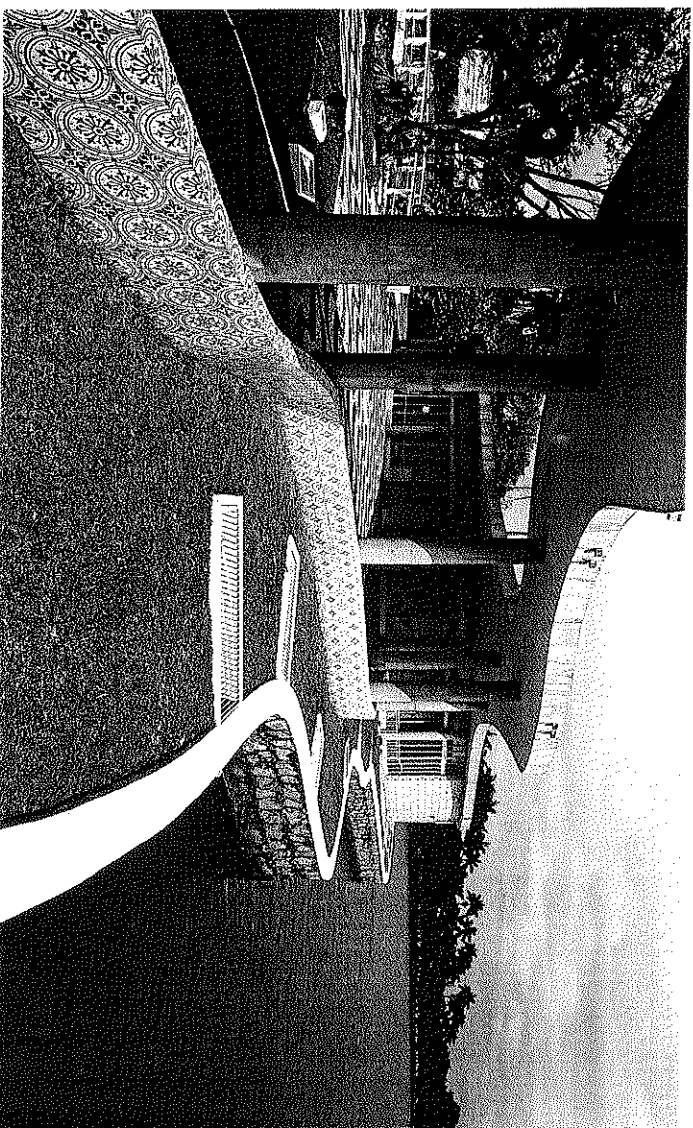
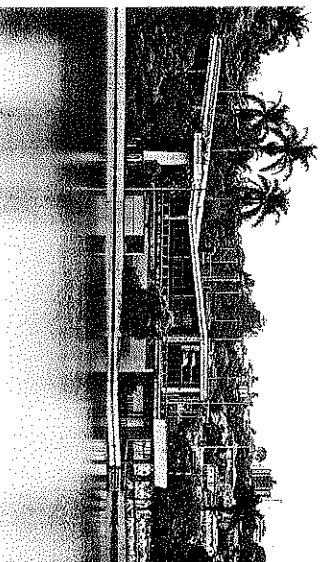
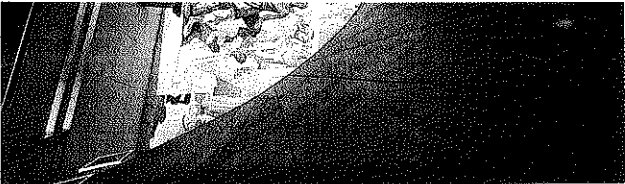
Técnica rudimentar (alienação caprichosa do trabalho nas virtuosas fôrmãs curvas de madeira feitas por exercícios de proto-proletários) e arrojado de cálculo da forma autônoma vanguardista compõem a fórmula da modernização conservadora que viabilizou o salto industrializador do país. Como bem indicou Otília Arantes, em sua crítica sobre a obra de Lucio Costa,<sup>5</sup> “a reposição do atraso”, que essa arquitetura formaliza, corresponde





Oscar Niemeyer, Igreja de São Francisco, Pampulha, Belo Horizonte, 1940. A presença de arcos de concreto autoporantes bem como do paiol de Cândido Portinari reflete as diferentes influências que Niemeyer começava a combinar em sua arquitetura, desde Le Corbusier às igrejas barrocas brasileiras.





Oscar Niemeyer, Casa do Baitê, Pampulha, Belo Horizonte, 1940. O formato sinuoso da cobertura de concreto segue o contorno do terreno do lago artificial (acima, à direita).

Oscar Niemeyer, Iate Clube, Pampulha, 1940. Com as lajes de cobertura inclinadas, Niemeyer tinha a intenção de adaptar as tipologias corbusianas às condições tropicais brasileiras.



à permanência de aspectos da ordem social escravocrata colonial na nova ordem industrial do país a partir da República Nova (1930) até hoje. As relações sociais marcadas pelo atraso e pelo conservadorismo gerados nos séculos da escravidão são permanentemente atualizadas e repostas no Brasil moderno, viabilizando a própria aceleração industrial. O Brasil "moderno" e o Brasil do "atraso" não se contrapõem; antes, sobrepõem-se, viabilizando a exploração na periferia do capitalismo.<sup>8</sup> Essa simbiose, que está na base do desenvolvimentismo dos anos 40 e 50, pode ser estendida ao esquema da arquitetura moderna brasileira, uma de suas formalizações privilegiadas.

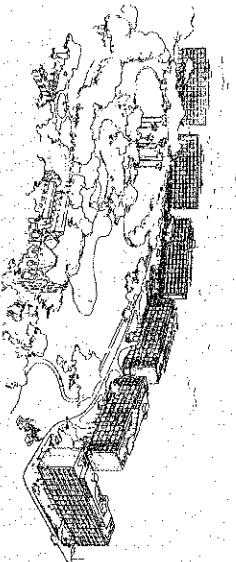
Pensamento urbano e função social foram e são dimensões alheias à arquitetura moderna brasileira, e operam apenas em decorrência das contradições da forma. Se apareceram como resquícios nos trabalhos de muitos dos arquitetos modernos do período, eles foram, no entanto, gradualmente superados na busca cada vez mais intensa pela criação de objetos únicos e funcionais.

### Pedregulho

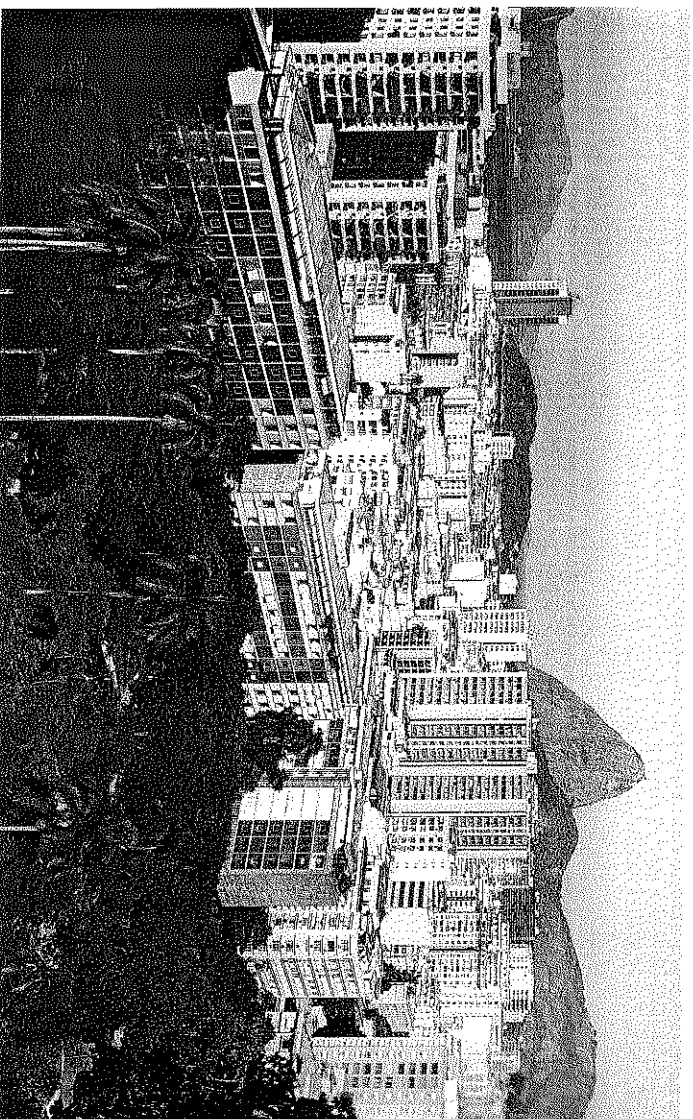
Essa contradição discutida até aqui será flagrante nos projetos para habitação social que a arquitetura moderna brasileira realizará. Os edifícios de infraestrutura pública, a regra geral, vão desenvolver a linguagem formal que caracterizou a matriz principal. Mas essa linguagem entra em conflito necessário ao se ater à solução de custo e padronização que a questão da habitação social exige, principalmente em um país com um déficit crescente de moradia para a população urbana de baixa renda.

O período pré-1936 se caracterizou pelos projetos e construção de habitações individuais para uma realeza elite esclarecida curiosa pela modernidade européia. Somente a partir da primeira metade da década de 30, a nova ordem política iniciaria a construção de edifícios públicos administrativos na capital federal, o Rio de Janeiro, utilizando, ainda que timidamente, as experiências da arquitetura funcionalista recém-chegadas no país.

Não será de estranhar, portanto, que no Brasil, solo fértil da Nova Arquitetura, a questão do habitacional tenha sido obliterada por mais de uma década, se considerarmos o marco histórico do edifício do Ministério da Educação e Saúde. Não terá



Lucio Costa, Conjunto Residencial do Parque Guinle, Rio de Janeiro, 1948 (Nova Cintra), 1950 (Bristol), 1954 (Caledônia). Dos seis edifícios originalmente projetados (acima) apenas três foram construídos. Seguindo o traçado do Parque Guinle, Costa implantou dois destes edifícios desfavoravelmente de face para o oeste, necessitando assim de um engenhoso uso de *brise-soleil* e tijolos vazados para proteger as fachadas da exposição excessiva ao sol (ver página ao lado, a direita).



sido por falta de demanda e luta política, nesse momento de intenso crescimento urbano e periferização das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. E mais disparatado será o fato de que essa questão, crucial, aparece apenas, e com grande destaque, no conjunto do Parque Guinle, de Lucio Costa, de 1948-1952.

Segundo Costa, o projeto do Parque Guinle teria sido "a primeira experiência de um conjunto residencial de apartamentos destinados à alta burguesia, e também onde primeiro se aplicou, de forma sistemática, depois de tantas tentativas frustradas, o partido de deixar o terreno vazio, os *pilots* de Le Corbusier, que se tornariam de uso corrente na cidade".

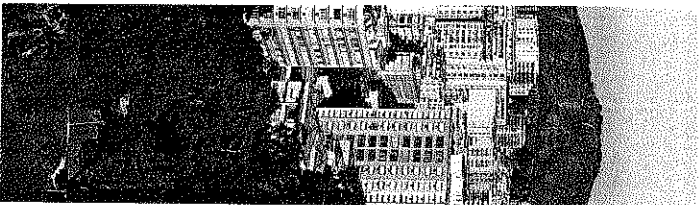
O arquiteto não deixou escapar a excepcional oportunidade de aprofundar a relação da nova arquitetura com o passado colonial, exatamente na experiência da "casa brasileira". Nesse projeto confluem diversas excepcionalidades. O investimento era privado e destinado à classe alta (a área dos apartamentos varia entre 286 e 604 metros quadrados). Além do mais, o conjunto seria implantado em meio aos magníficos jardins de um dos mais sofisticados palácios do Rio de

Janeiro, na área central da cidade. Uma ilha urbana que em tudo difere da malha caótica da cidade que a envolve. Como a Pampulha, esses edifícios orbitam o vazio.

Se na Pampulha Niemeyer inaugurava o vocabulário arquitetônico brasileiro, desfilando formas livres, sem função, no Parque Guinle de Costa inverte-se um termo da equação, em grande medida inviabilizando-a.

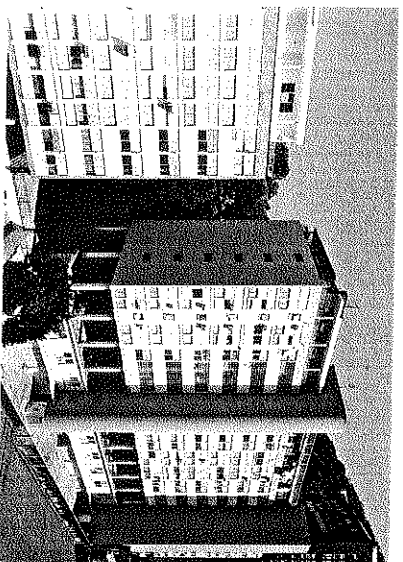
Se o programa habitacional não estava no centro da pesquisa da nova arquitetura no Brasil, ele não podia, sem mais, ser desconsiderado. As polémicas sobre a função social da arquitetura, e as críticas ao seu programa faustoso e anti-social, cobravam uma ação dos arquitetos, principalmente dos protagonistas, quase todos ligados ao Partido Comunista. O início da década de 50 assistiria à arrancada industrial do país, a partir dos investimentos em sua infra-estrutura produtiva (aço, petróleo, energia, estradas etc.). A intensificação da urbanização e o aumento acelerado da população exigiriam políticas habitacionais ligadas às diferentes categorias profissionais em ascensão desde a Revolução de 30, de acordo com o novo aparato trabalhista e burocrático do governo. Esse amplo





Uma ilha urbana  
ca da cidade que  
s edifícios orbitam

jurava o  
o, desfilando  
ue Guinle de Costa  
m grande medida  
estava no centro  
o Brasil, ele não  
do. As polémicas  
a, e as críticas  
ocial, cobravam  
lmente dos  
s ao Partido  
50 assistia à  
ir dos  
ira produtiva (aço,  
intensificação da  
lo da população  
jadas às diferentes  
são desde a  
o novo aparato  
no. Esse amplo



campo de atividade profissional, que moldara as experiências fundadoras da Nova Arquitetura na Alemanha, Áustria e Holanda, não teria entre nós ênfase similar. Mesmo que alguns arquitetos de destaque tenham feito experiências aqui e ali, essa produção foi, paradoxalmente, atividade secundária. A deterioração do vínculo original entre arquitetura moderna e habitação social perpetuaria uma produção habitacional que aliaria precariedade construtiva com mega-implantações de milhares de unidades em desertos urbanos ao redor das grandes cidades.<sup>8</sup>

A deformação presente na arquitetura moderna brasileira deve ser entendida a partir do esquema formador do modernismo no Brasil, e não como um conflito entre suas audaciosas propostas formais e seus vínculos políticos conservadores. Viabilizando a precariedade arquitetônica dos conjuntos habitacionais, a arquitetura brasileira cumpria sua paradoxal agenda moderna.

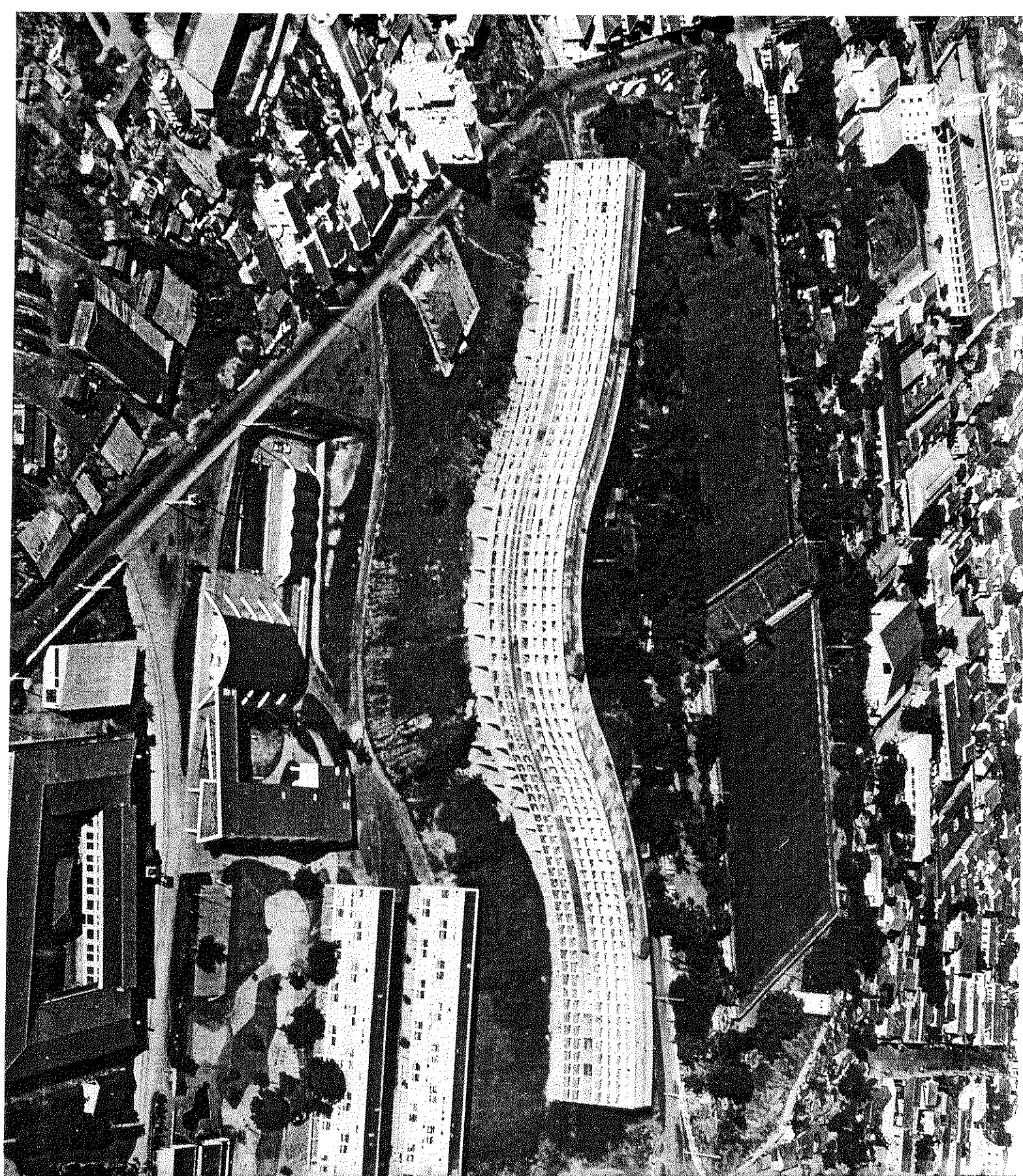
O famoso conjunto Pedregulho, de Affonso Eduardo Reidy, ilustra bem esse aparente paradoxo.<sup>9</sup> Esse arquiteto havia tomado parte nos acontecimentos cruciais do início da década de 30. Reidy havia sido estudante na Escola Nacional de

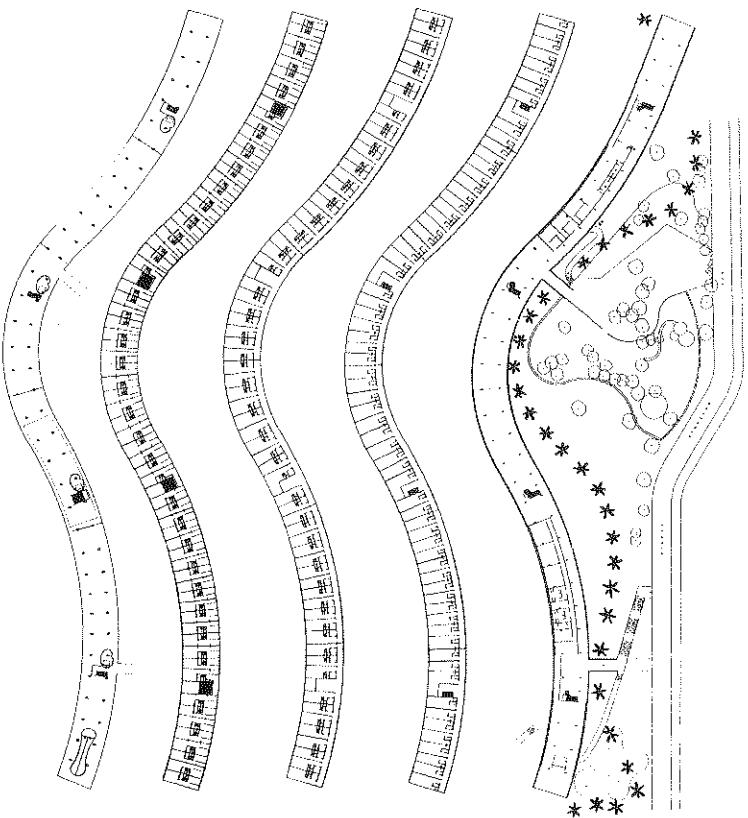
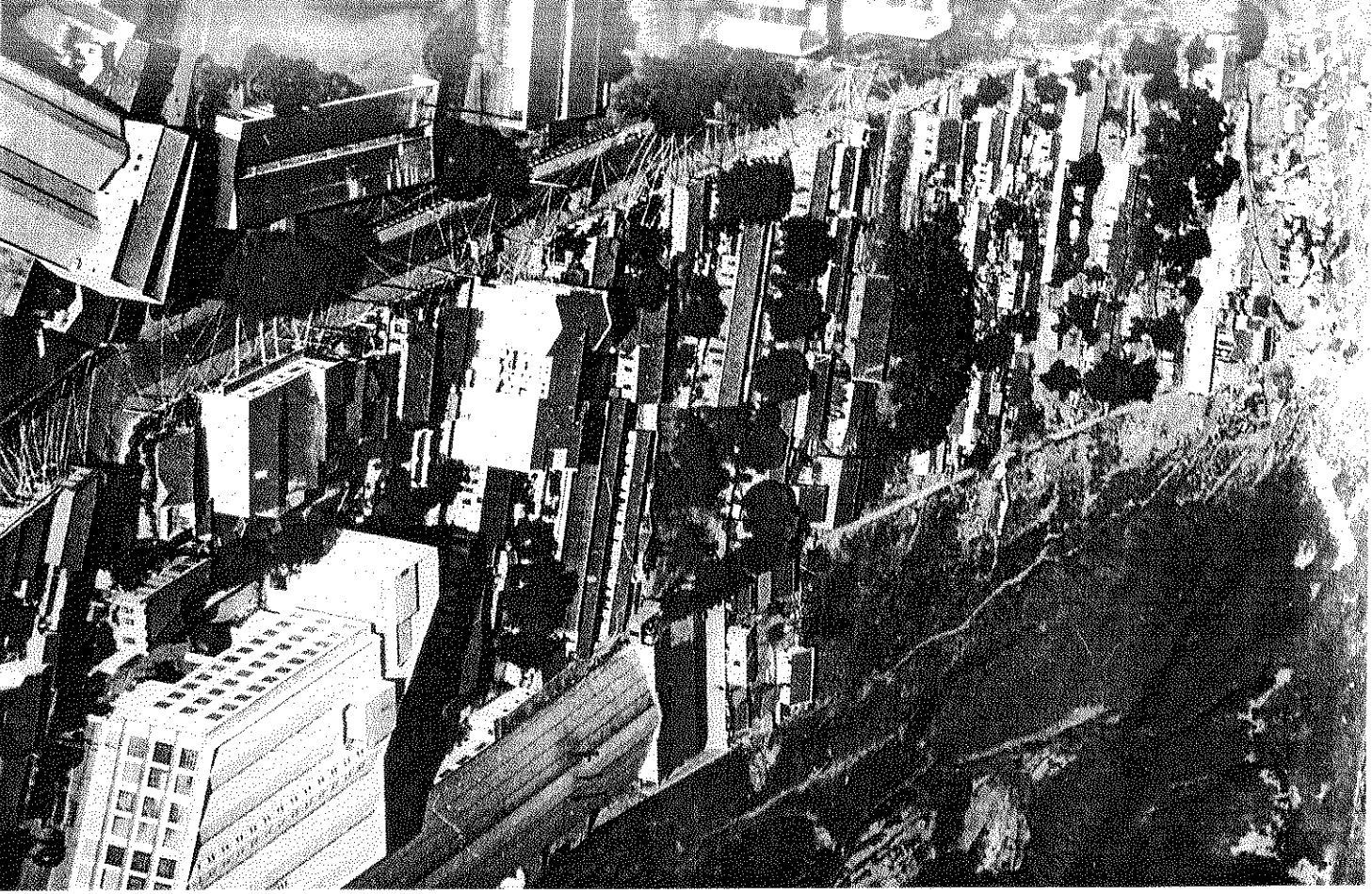


Belas Artes no mesmo período em que Lúcio Costa, então diretor por um curto período, propôs reformas no ensino da instituição. Ainda na ENBA, ele havia trabalhado como assistente do então novo professor Gregori Warchavchik, tendo participado no concurso para o novo edifício do Ministério da Educação e Saúde Pública, e posteriormente integrado a equipe responsável por seu projeto definitivo.

A carreira desse destacado arquiteto esteve desde cedo vinculada à administração pública. Mesmo antes de ter se tornado servidor público municipal em 1932, Reidy já trabalhava desde 1929 como estagiário do urbanista francês Alfred Agache, e contribuiu na elaboração de um Plano Diretor para a Cidade do Rio de Janeiro. Em 1938, o arquiteto foi o responsável pelo desenvolvimento das propostas elaboradas pelo urbanista francês, já nesse momento com uma perspectiva crítica desse modelo, gerada a partir do contato com as idéias de Le Corbusier. Protagonista da Nova Arquitetura no Brasil, Reidy desenvolveu uma paradoxal vocação urbanística e social, uma espécie de elo perdido entre o que se desenvolvia naquelas décadas no país e a longínqua referência às totalizações

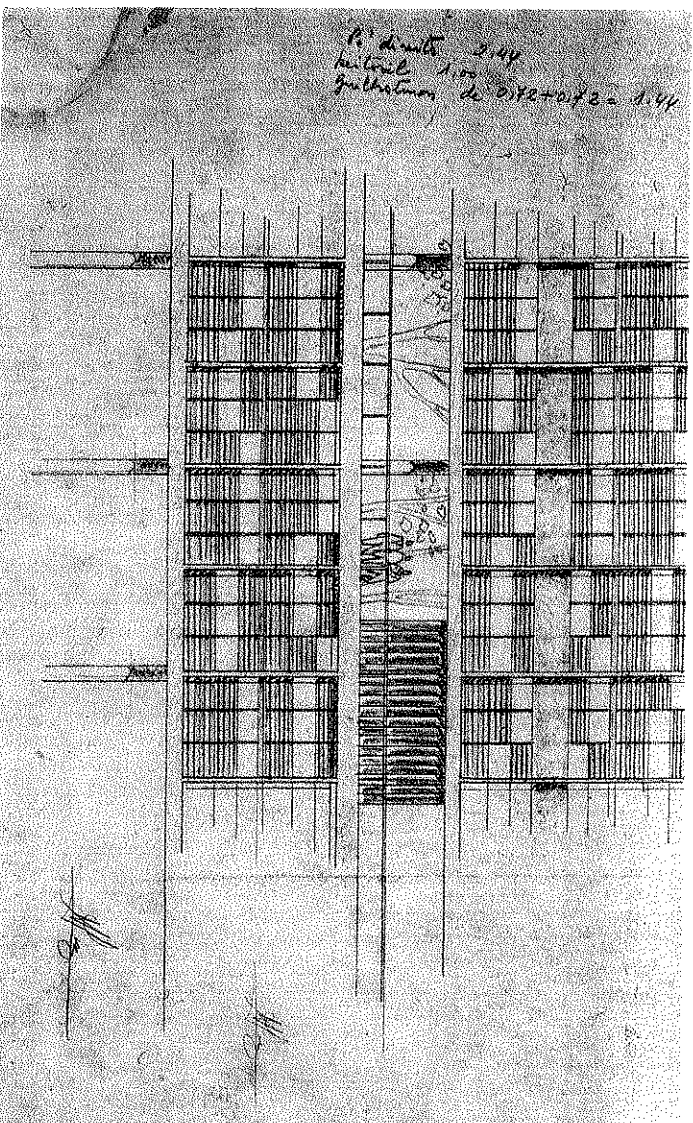








Afonso Eduardo Reidy,  
 Conjunto Habitacional  
 Pedregulho, Rio de Janeiro,  
 1950-52. Beneficiando-se do  
 terreno em declive e elevado  
 em *plotts* (na página ao lado,  
 acima), o bloco principal de  
 habitação é acessado  
 por duas passarelas dando  
 para um corredor em planta  
 aberta, equidistante dos  
 níveis superiores e inferiores  
 (acima), e proporcionando  
 vistas panorâmicas da baía  
 de Guanabara.



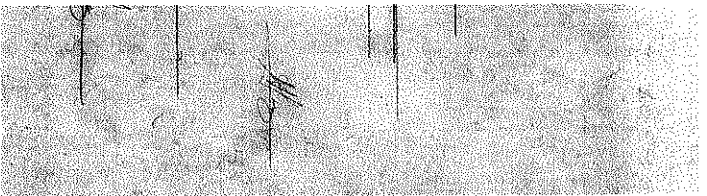
urbanas do Plano promovidas pelos CIAM's. O forte vínculo com o urbanismo de Le Corbusier foi origem de vários conflitos com os administradores públicos de vários do Plano de Urbanização da Esplanada de Santo Antonio e do Aterro da Glória-Flamengo (Centro da cidade), durante os anos 40 e 50, provocando seu afastamento da diretoria de Urbanismo da Secretaria Geral de Viação e Obras.<sup>10</sup>

Como arquiteto-chefe do Departamento de Habitação Popular da Prefeitura do Distrito Federal, cargo que ocupou em 1947, período da redemocratização pós-ditadura Vargas, Reidy inicia imediatamente o mais ousado projeto de habitação social no país. O conjunto residencial de Pedregulho (1947-52) e o coetâneo conjunto Marquês de São Vicente (1947-1952), apenas parcialmente construído, constituem experiência única em relação à habitação social no período áureo da arquitetura moderna brasileira.

Tal retomada da filiação moderna e social acontecia no momento em que a arquitetura brasileira estava sendo alvo de severas críticas no exterior, que culminaram com os ataques do suíço Max Bill, durante a Bienal Internacional de São Paulo, em 1953. A cobrança de um maior

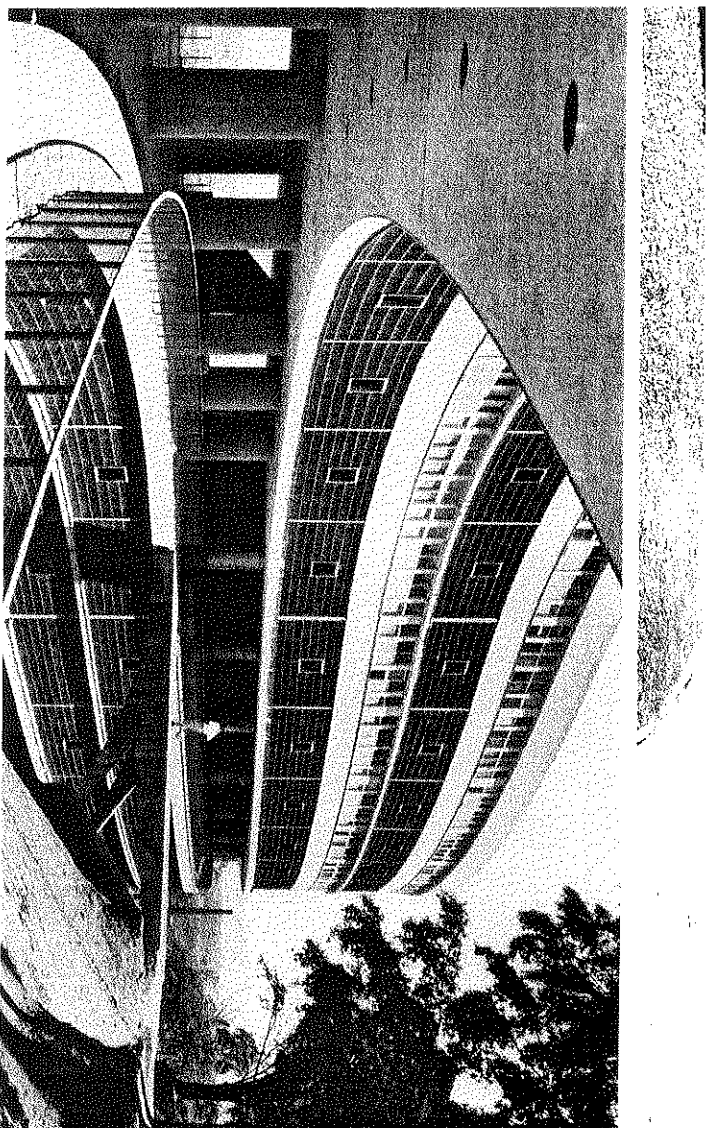
engajamento nas questões sociais parecia encontrar interlocação nessa obra de Reidy, que passava dessa maneira a ser referência internacional das possibilidades sociais da arquitetura moderna, não só no Brasil, mas também no resto do mundo, em contraposição ao exagerado formalismo da arquitetura de Niemeyer (a Casa das Canoas, inaugurada nesse mesmo ano nos arredores do Rio de Janeiro, desagradou boa parte da crítica internacional). O debate não era, no entanto, tão claro como possa parecer. Pois o curioso conjunto de Pedregulho mantinha com a obra de Niemeyer intensa relação, quer na tipologia dos edifícios, nas formas curvas e trapezoidais, quer na organização geral do conjunto. As referências ao trabalho de Lucio Costa, principalmente ao contemporâneo Parque Guinle, são também evidentes. E como se às soluções formais e plásticas da arquitetura moderna brasileira faltasse apenas um conteúdo social, agora plenamente alcançado na nova experiência engajada de Pedregulho.

O conjunto instaurava um fragmento de utopia, agora com acento social, em plena zona de expansão periférica da metrópole. O confronto com a cidade não indicava contudo continuidade.



parecia de Reidy, ferências ciais da asil, mas ntraposição ao ra de Niemeyer esse mesmo ano sagradou boa abate não era, rarecer. Pois, mantinha com a quer na tipologia rapezoiais, quer As referências almente ao o também rmais e plásticas altasse apenas ente alcançado edregulho. vento de utopia, zona de O confronto o continuidade.

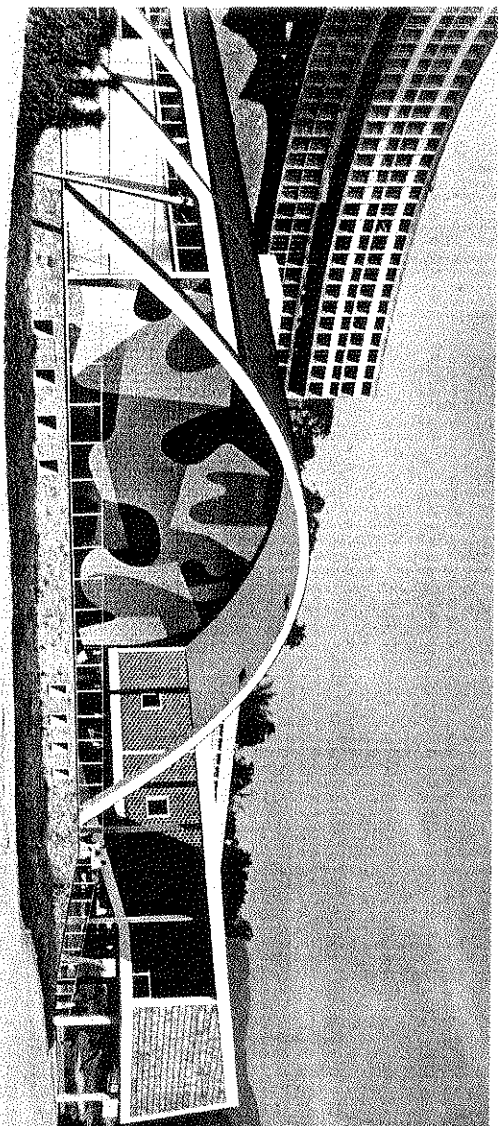
Tipologia extraordinária, o complexo nem aceita o existente nem propõe sua alteração. Ao caos adjacente, ele serve de ilha de tranqüilidade e infra-estrutura, com seus modernos equipamentos extensivos às comunidades carentes da região. Mas mesmo essa condescendência assistencial não altera a regra formal e normativa do conjunto, auto-suficiente, assimétrico em relação ao processo social que a cidade, sem tréguas, consolidava naqueles anos. Nesse sentido é contundente a interrupção silenciosa da lâmina serpentiniforme, que não almeja a continuidade que era a marca essencial de sua matriz corbusiana totalizadora. A sociometria que guiou a implantação do conjunto com seu recenseamento minucioso não apreendeu a dinâmica do processo sócio-espacial do crescimento da cidade. Nada mais desconfortável nesse conjunto que a extroversão de suas formas e seu enclausuramento urbano. Uma impossível fortificação permeável, iluminada e desimpedida. Nem a rarefeita ocupação de seu entorno nos anos 50, nem o desastre administrativo que levou ao colapso do empreendimento alteram ou justificam sua ambigüidade de forma. Tratado hoje já como "patrimônio histórico", iguala-se a qualquer



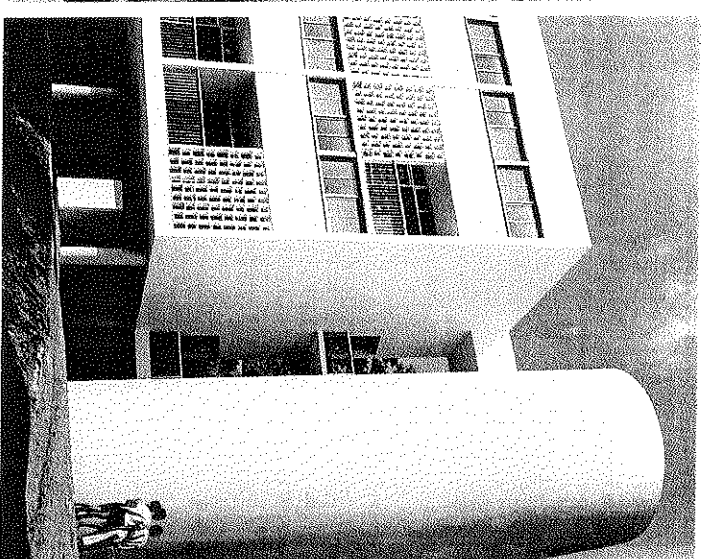
comunidade da periferia em termos de degradação social (violência, tráfico de drogas, etc.). Nem mesmo sua inusitada forma cria ruído à deterioração espacial: seus *pilots* dão sombra à criação doméstica de animais, adequando-se à economia precária dos "novos feudos" vigente; suas áreas semi abertas com *brise soleil* são completadas com materiais improvisados; a área coletiva é espaço vazio de ninguém. De fato, tudo o que resta do projeto Pedregulho é um conjunto de belas formas arquitetônicas em perfeita sintonia com seus inestimáveis painéis de arte que, naquele momento de confusão dos espíritos, acreditou-se estarem inextricavelmente ligados e traduzindo a justiça de seus propósitos.

Com efeito, a deterioração de Pedregulho é a mesma dos grandes condomínios populares, cuja administração cotidiana é inviável. Tais áreas tornam-se intransponíveis à ação pública, fortificações dominadas por grupos organizados à margem do poder do Estado. Espaços segregados - assim o sejam pela ilegalidade da terra, como as favelas, ou pelo traço extraordinário da ação ordenadora - contrapõem-se à cidade admitida como injusta.





Afonso Eduardo Reidy, Conjunto Habitacional Pedregulho, Rio de Janeiro, 1950-52. A escola foi projetada como um bloco sobre pilotis que, junto com a piscina, os vestiários e o ginásio (acima, à esquerda e no topo, ver corte, na página ao lado, no topo) constituíram o centro das atividades sociais. Vista da fachada principal do bloco de habitação secundário com torre da escada (acima, à direita). Vista da lavanderia e centro comunitário, com quebra-sóis horizontais e portas pivotantes (ver página ao lado, embaixo e ao centro).

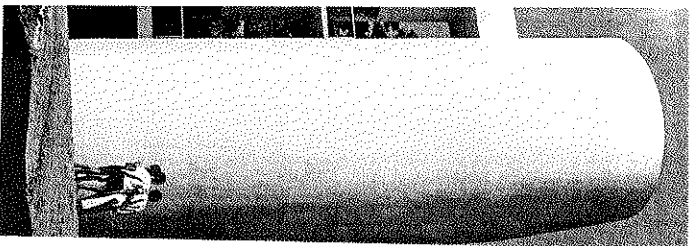


O Conjunto de Pedregulho foi a mais ousada associação entre a matriz plástico-formal da arquitetura moderna brasileira e um amplo programa de habitação social. Seu resultado indicava que essa vocação formal era fruto de uma agenda que prescindia de tal extroversão social. É a mesma recusa de Oscar Niemeyer em considerar como alternativa o consagrado edifício Copan de sua autoria (1952), exatamente pelos constrangimentos urbanos a que teve de se submeter, e que estariam fora do controle dos mecanismos dessa arquitetura (especulação com a terra, anúncios publicitários, dinâmica imponderável da ocupação etc.). Niemeyer sempre garantiu o vazio circundante como elemento imprescindível de sua arquitetura, da mesma maneira em que recusava os programas de habitação social e os empreendimentos privados, que, numa sociedade dividida e sem controle, tenderiam a corromper a arquitetura e a beleza.

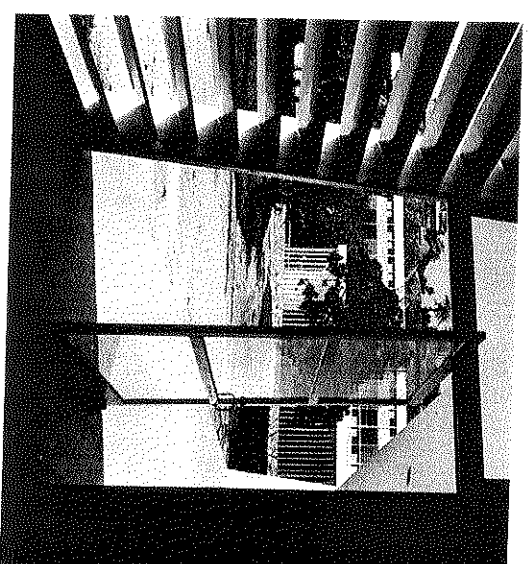
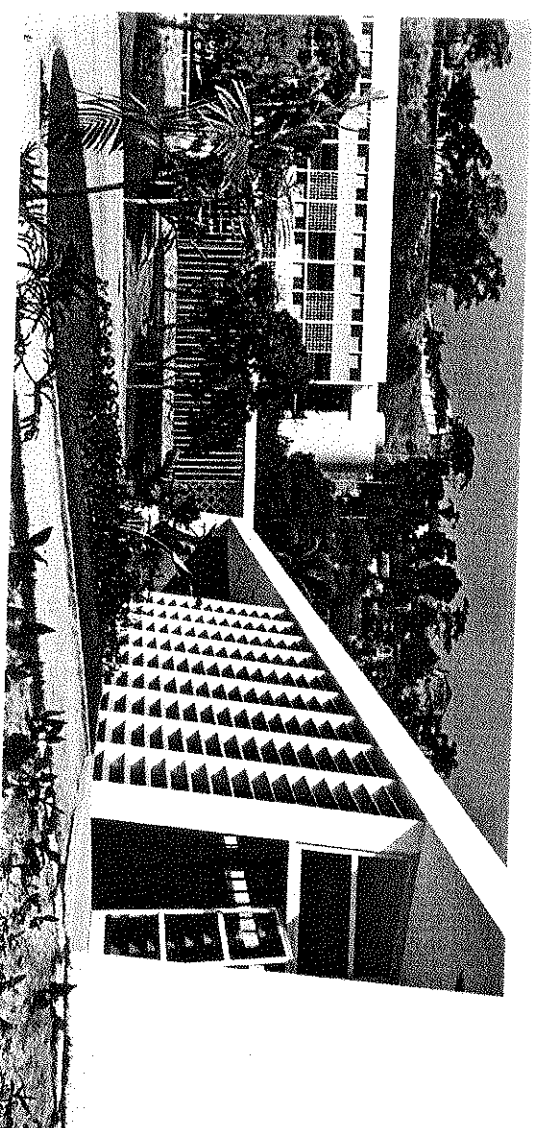
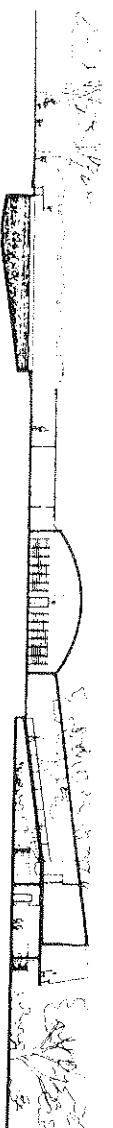
A partir de 1960, projetos habitacionais governamentais foram criados de modo a atender a crescente demanda por moradia nas cidades. Os grandes conjuntos construídos a partir do golpe

militar de 1964 – imensos tumores sem solução inseridos nas periferias das grandes cidades, resultados da perversa associação entre a ação do governo militar, a especulação privada da terra e o interesse das grandes construtoras –, constituem ainda hoje a solução encontrada no Brasil para a questão habitacional em grande escala. Construídos em distantes glebas sem infra-estrutura, essas áreas se tornaram desertos sociais e urbanos. Os Conjuntos de Itaquera I e II, Carapicuíba, Teotônio Vilela, entre outros, todos construídos nos anos 70 pela COHAB-SP (empresa responsável pelo desenvolvimento de projetos habitacionais da Prefeitura de São Paulo) são os mais eloquentes testemunhos dessa política desastrosa de produção de espaço urbano social.

A impossibilidade de a matriz hegemônica da arquitetura moderna brasileira implementar uma agenda social, devido ao esquema que viabilizou seu desenvolvimento nos anos 40, provocaria uma civlagem disciplinar. A questão habitacional passará a ser tratada como uma questão de planilha de custos, investimentos e rentabilidade, e não de projeto ou arquitetura, muito menos, construção de cidades. As tentativas dessa arquitetura, quase todas malogradas se pensarmos nas dimensões do



es sem solução  
 ides cidades,  
 ão entre a ação do  
 rizada da terra e o  
 ras -, constituem  
 a no Brasil para a  
 escala. Construídos  
 estrutura, essas áreas  
 rbanos. Os Conjuntos  
 otônio Villela, entre  
 os 70 pela COHAB-  
 desenvolvimento de  
 :ura de São Paulo)  
 nhos dessa política  
 ação urbano social.  
 : hegemônica da  
 mplementar uma  
 na que viabilizou  
 IO, provocaria uma  
 abitacional passará  
 . de planilha de  
 idade, e não de  
 inos, construção  
 arquitetura, quase  
 : nas dimensões do



problema nas últimas décadas, são testemunhos  
 dessa impossibilidade, e atestam o desentendimento  
 ideológico do processo em curso. Com exceção de  
 Oscar Niemeyer, talvez por isso o arquiteto de maior  
 prestígio e atividade no país, essa cisão incomodava  
 as consciências arquitetônicas, gerando debates  
 infundáveis, programas políticos ambíguos,  
 colaborações desastrosas.

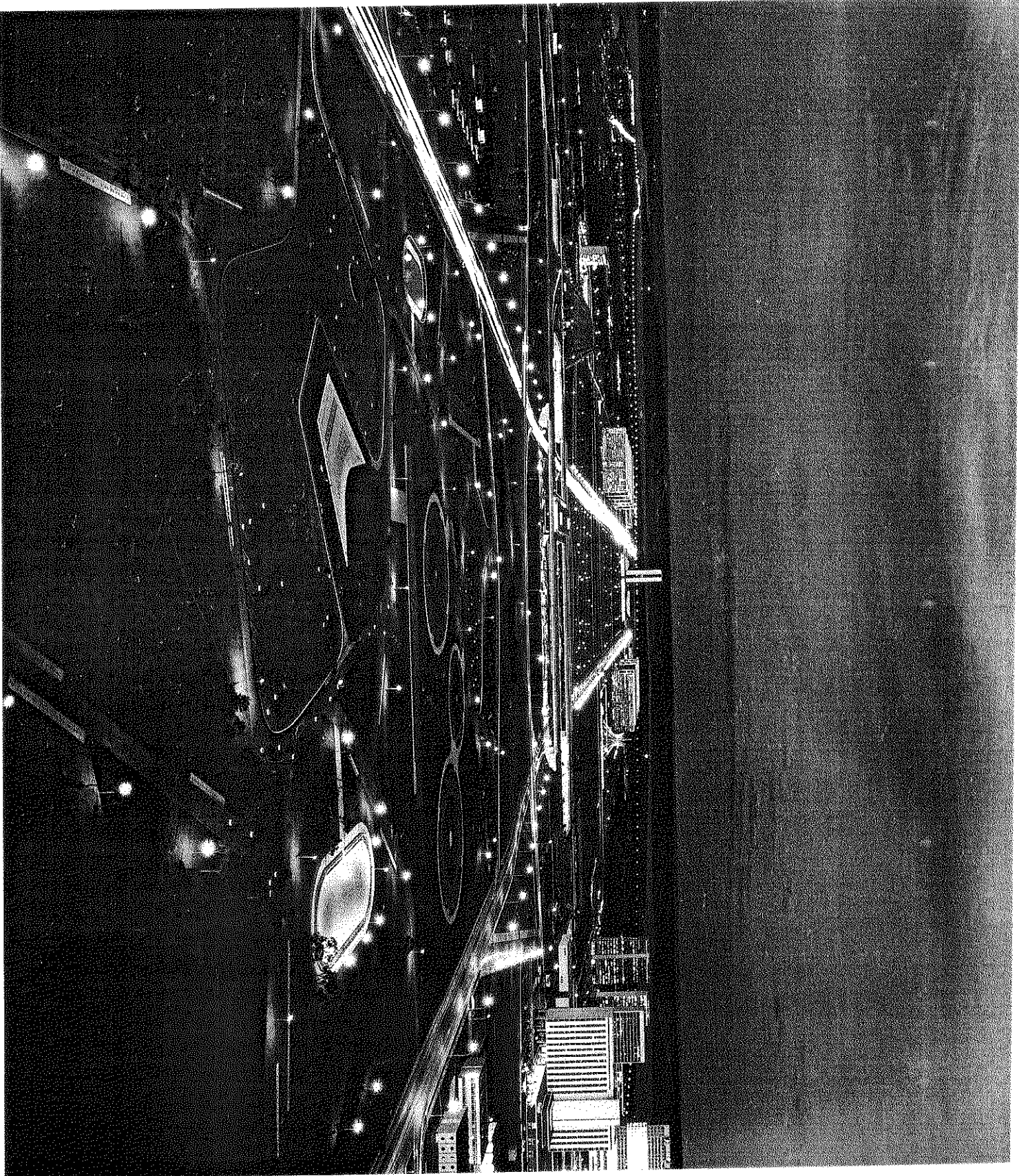
A literatura recente sobre a arquitetura  
 brasileira mantém-se ainda fortemente vinculada  
 à veemência de seu objeto. Desde um surto  
 historiográfico que pretende apresentar os mestres  
 de certa forma eclipsados pela forte presença de  
 Oscar Niemeyer, até uma tentativa de retomar em  
 chave minimalista as experiências formais mais  
 radicais, aqui entendidas como antiurbanas e anti-  
 sociais. Mesmo as eventuais experiências com  
 habitação social permanecem como referência  
 para a nova crítica mais empenhada, quer se  
 tratem dos projetos mais oficiais - como o próprio  
 conjunto de Pedregulho - ou aqueles mais  
 "populares", como os mutirões (autoconstrução  
 em cooperativas), retornados a partir das  
 discussões realizadas pela dissidência política dos  
 anos 70 (principalmente o arquiteto Sérgio Ferro),

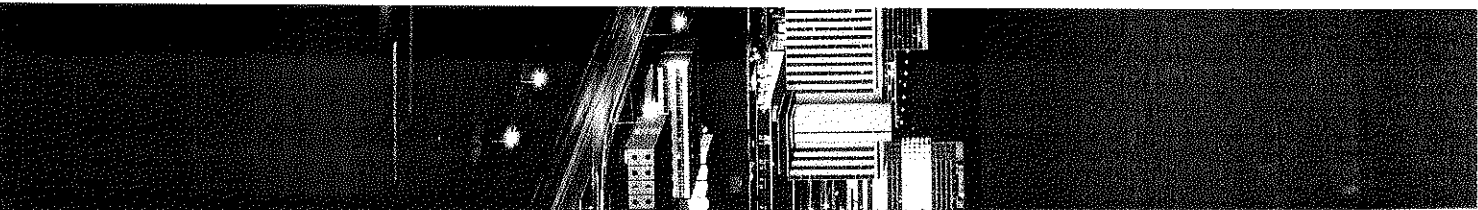
Pelo menos para a crítica, a modernidade  
 arquitetônica, em suas diversas nuances locais,  
 ainda permanece como perspectiva possível.

**Brasil**

Brasil representa a culminância desse esquema  
 arquitetônico. Tanto sua concepção urbanística,  
 decorrente diretamente da ação política que a  
 determinou, quanto as soluções arquitetônicas  
 de seus espaços monumentais, procuram  
 afastar-se da realidade social e urbana do país.  
 A excepcionalidade do programa geral, reforçada  
 pelo completo isolamento da região, permitem  
 que ali se estabeleça um simulacro de cidade, cujo  
 processo de desenvolvimento rapidamente  
 correu. Tal simulação não se deve simplesmente  
 à artificialidade de seu programa exclusivamente  
 administrativo, mas pela resposta arquitetônica  
 e urbanística. O total controle de sua forma  
 urbana desconsidera a dinâmica social  
 inalienável de qualquer agrupamento humano.  
 Nesse sentido, apesar de em grande medida  
 independentes, tanto o plano de Lucio Costa  
 quanto os edifícios de Oscar Niemeyer partem do  
 mesmo pressuposto - eminentemente anti-urbano,







Lúcio Costa, Plano Piloto, Brasília, 1957. Vista noturna do eixo monumental conduzindo à Praça dos Três Poderes (ver página ao lado).

porque dá forma final àquilo que é um processo multideterminado e dinâmico.

Todos os componentes participantes do Plano Piloto concorrem instantaneamente para uma mesma e única monumentalidade, até então apenas possível parcialmente em composições arquitetônicas independentes. Toda a cidade é concebida como uma articulação formal unidirecional altamente controlada, e formalmente determinada pela composição geral. Não se trata da monumentalização das superquadras, por exemplo, mas de sua utilização como importante elemento da composição de tema único que é o Plano Piloto, em sua disposição cruciforme altamente centralizadora.

As soluções formais dos edifícios institucionais exploram todas as alternativas anteriores, basicamente a Pampulha, submetidas agora à composição geral. O que parecia formalmente aleatório vai adquirindo consistência nessa explicitação máxima. Mesmo com um subterrâneo congestionado por túneis-corredor e anexos necessários, mantém-se, no entanto, o rigoroso isolamento e independência de cada edifício, conforme sua concepção original. A rígida volumetria dos edifícios de Brasília faz com que alguns dos edifícios mais celebrados tenham se transformado em imponentes portarias de acesso aos monótonos anexos que surgem por toda parte, projetados posteriormente pelo próprio arquiteto. Tudo, edifícios originais e posteriores, controlados pelas premissas compositivas do mega-conjunto. A excepcionalidade monumental de Brasília e para onde tende o trabalho da forma realizado por Oscar

Niemeyer privilegiadamente. Os impulsos concentradores da volumetria dos edifícios, em tensão com as forças modernas de sua expansão pelo território, encontram agora equilíbrio e lisonje históricos. Mais que isso, os princípios homogeneizadores e antiformalistas da arquitetura moderna resultaram na mais abstrata e anti-social das elaborações da forma.

A excepcionalidade monumental de Brasília é para onde tende o trabalho da forma realizado por Oscar Niemeyer privilegiadamente. Os impulsos concentradores da volumetria dos edifícios, em tensão com as forças modernas de sua expansão pelo território, encontram agora equilíbrio e limite históricos. Tal operação apropriada ao país que realizava sua modernização não traduzida em qualquer aprimoramento social. Em Brasília culminam dois projetos análogos: o Estado-Nação, que ocupa a cidade em sua versão mais autoritária e militar, e a sua representação coletiva mais eloqüente. A partir do início dos anos 60, o malogro progressivo do primeiro dispensa a colaboração segundo. Em 25 anos (1936-1960) a arquitetura moderna brasileira realiza impressionante processo: sua formação, seu amadurecimento e seu colapso ideológico (seguido de sua falência disciplinar).

### **São Paulo, cidade do futuro**

As grandes cidades estão novamente na pauta dos interesses econômicos, depois de várias décadas de crise e de aparente falência de sua eficiência inicial. São as âncoras através das quais se estrutura a nova fase da produção, circulação e consumo em escala mundial, na aceleração das relações econômicas



internacionais. Mais que os Estados nacionais, as antigas e decadentes cidades modernas passaram a ser novamente o centro de interesse dos grandes investimentos, preparando-as para esse novo papel possibilitado pela tecnologia eletrônica. Mas o que se passa naquelas cidades que, durante o século XIX – época em que as capitais europeias se reconstruíram e modernizaram – eram vilas inexpressivas na então decadente ordem colonial, e hoje, com seus milhões de habitantes, são chamadas a participar da nova ordem mundial? São Paulo é certamente um destes casos, e, como tal, se mostra capaz de revelar alguns dos limites desse ambicioso processo de transformação das cidades no mundo globalizado.

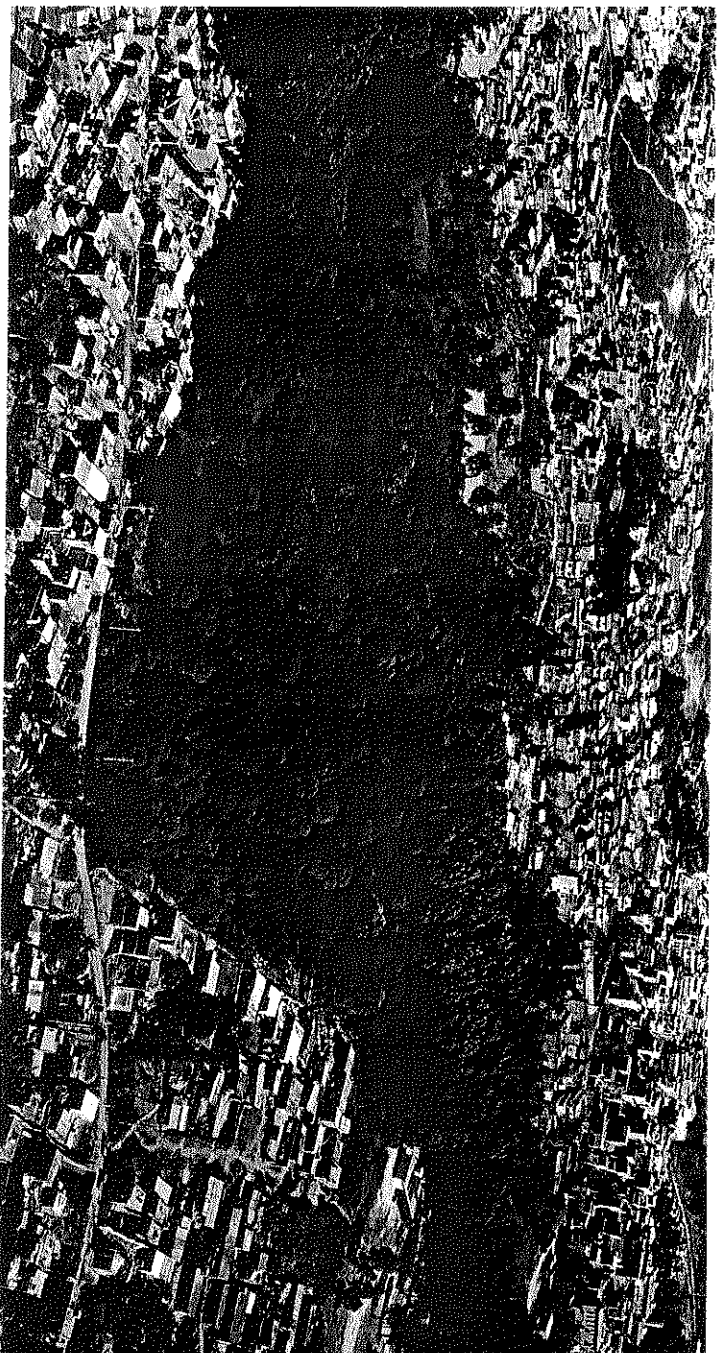
Parada obrigatória daqueles que circulavam pelo território desconhecido, São Paulo foi durante três séculos e meio um modesto entreposto comercial que supria de mantimentos e equipamentos os tropeiros em busca de índios e ouro. Com o deslocamento da produção de café do Rio de Janeiro para o vale do Paraíba e para o interior do estado de São Paulo, em meados do século XIX, transformou-se em ponto de encontro dos caminhos de ferro, que a partir da cidade escoavam serra abaixo o café em direção ao porto de Santos, e daí para o mundo. Só no início do século XX, São Paulo passaria a acelerar o seu ritmo de crescimento, expandindo espacialmente em resposta ao aumento de sua população. Ao longo desse século, a população da cidade se multiplicaria numa proporção de cerca de 270 vezes, alcançando o patamar atual de dez milhões de habitantes, enquanto a sua área urbanizada teria um

crescimento da ordem de 400 vezes, atingindo os atuais 1500 quilômetros quadrados. <sup>11</sup>

Se considerarmos a grande São Paulo, hoje com mais de 16.000.000 de habitantes, a exponencial será mais acentuada em ambos os casos, já que a área oficial do município está totalmente urbanizada, e que boa parte das cidades vizinhas formam apenas as imensas periferias ou cidades-dormitório. Hoje, definir territorialmente o fenômeno urbano de São Paulo, de seus contínuos urbanizados, pode alcançar raios de 100 km a partir do centro, que atravessam diversos municípios. E isso corresponde à sua área de influência direta, ou seja, as funções urbanas elementares: o dormir, trabalhar e circular de pobres e ricos. Bucólicos condomínios de luxo, cidades-dormitório, centros industriais e comerciais se alternam conectados por estradas e avenidas saturadas. Porém, cidades médias como Campinas, Santos, São José dos Campos, Sorocaba etc., fora da área da Grande São Paulo e distantes entre 80 e 100 km do centro da capital, também já participam desse dia a dia.

Nos últimos anos, o crescimento de São Paulo tem obedecido a uma lógica distinta daquela que caracterizou o crescimento explosivo da metrópole industrial. Se a densidade populacional em São Paulo era, em 1914, de 110 habitantes por hectare, em 1930, ela havia caído para 47, tendo atingido atualmente a média de 66. Da média histórica de mais de 5% de crescimento populacional anual até os anos 70, a cidade cresce hoje menos de 0,5% ao ano. Como os dados sugerem, o que se verifica não é mais um fenômeno de explosão da cidade, mas, pelo contrário, um movimento de implosão, cujos

Parque Dom Pedro II, Rio Tamanduateí, São Paulo, 2001. Vista aérea mostrando a linha do metrô em primeiro plano e o terminal de ônibus Dom Pedro II, de autoria de Paulo Mendes da Rocha e MMBB Arquitectos, ao fundo.



Serra da Cantareira, São Paulo, 2001. Parte da expansão espontânea e clandestina em direção ao norte da cidade (avistada ao fundo), estas favelas ocupam a paisagem rural deslocando as florestas naturais (acima e na página ao lado).

sintomas se manifestam de diversas formas.

Dentre elas: acentuado crescimento do número de favelas e aumento de sua população; relocação de negócios e comércio para novas áreas distantes do centro antigo; estratégias que buscam revalorizar áreas urbanas tornadas degradadas por esse processo. Isso resulta uma intensa movimentação da população e dos empreendimentos dentro de sua saturada mancha urbana.

São Paulo não mais se define pelo que nela é permanente, mas antes, pelos seus contínuos processos de transformação. No período de apenas um século, essa cidade foi reconstruída quatro vezes: em adobe, tijolo, concreto e, mais recentemente, em aço e vidro. Mantém, no entanto, a polaridade que marca o desenvolvimento da cidade, entre as áreas de severa regulamentação – onde vive e trabalha a elite econômica – e as áreas “extra-legais”, onde vive a maior parte da população.

Essa polaridade entre a norma e o “extra-legal” ainda existe, criando enormes diferenciais no custo da terra. Os valores das propriedades ficam determinados não somente por suas características físicas, ou pela proximidade do

centro da cidade, mas por sua localização em setores legais ou ilegais. O *status* legal dessas áreas é preservado com a condescendência das autoridades, seja na expectativa de ocorrência de um “ataque especulativo” da região, seja simplesmente de forma a preservar sua condição de zona de exclusão social. Lotes em áreas degradadas, suburbanas e ilegais podem dar margem a uma lucratividade maior do que os situados dentro dos limites da lei. E assim, a polaridade entre a terra ilegalizada e a legalizada se perpetua na cidade.

As favelas – agrupamentos considerados ilegais, porém tolerados como realidade externa ao contexto das regulamentações urbanas e construtivas – têm, nos últimos anos, crescido em ritmo mais acelerado do que a própria população de São Paulo. Nos anos 90, a diminuição nas taxas de crescimento da população no país, combinada à expansão de vários centros urbanos, aliviou a pressão migratória para as duas maiores metrópoles nacionais, Rio de Janeiro e São Paulo; ainda assim, o estado de São Paulo possui o equivalente a 40% do número de favelas do país. O dado mais recente, fornecido pelo censo de 2000, indica que o número de favelas em São Paulo cresceu em 4,6% entre 1991 e 2000; no distrito vizinho de

alzação em setores  
essas áreas é  
cia das autoridades,  
de um "ataque  
lmente de forma  
de exclusão social.  
rbanas e ilegais  
vidade maior do  
s da lei. E assim,  
ida e a legalizada se  
siderados ilegais,  
externa ao contexto  
tivas – têm, nos  
nais acelerado do  
Paulo. Nos anos 90,  
ento da população  
e vários centros  
bria para as duas  
o de Janeiro e São  
ão Paulo possui o  
favelas do país.  
elo censo de 2000,  
n São Paulo cresceu  
rito vizinho de

Quase todos os bairros do município de São Paulo cresceram em direção à periferia. O crescimento bem menos acentuado na capital paulista indica, no entanto, estabilidade, já que, em uma só favela da cidade de São Paulo, o número de habitantes, no mesmo período, aumentou de 570 para 6000.<sup>12</sup>  
Entre 1994 e 1998, o número de famílias morando em favelas na cidade de São Paulo cresceu em 47%.<sup>13</sup> Sem aumento significativo da população na cidade, a década de 90 teria presenciado, portanto, uma imensa migração dos habitantes dentro do próprio território. Num censo de 1995 fornecido pela Prefeitura, 39% dos moradores das favelas declararam ter optado pela ocupação ilegal como alternativa aos preços altos aluguéis nas propriedades legalizadas. Esse crescimento populacional acontecia no mesmo momento que a administração da cidade de São Paulo, não sem violência, punha abaixo favelas localizadas em áreas valorizadas da cidade para a construção de avenidas e renovação urbana. Outros dados evidenciam esse processo de migração interna. O *Mapa da exclusão social*,<sup>14</sup> que fotografava as diferenças de qualidade de vida nos diversos distritos da cidade de São Paulo,

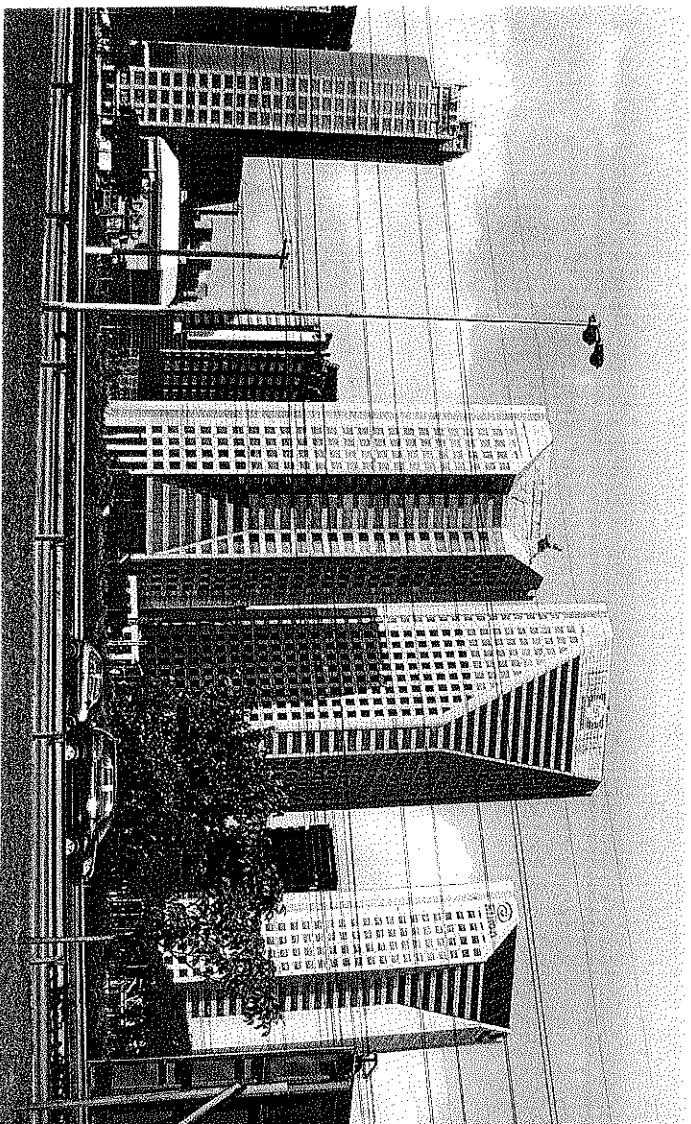


mostra um esvaziamento das áreas consolidadas e regulares da cidade em direção à periferia.

Entre 1991 e 1996, houve um aumento de 470 mil habitantes nos 53 distritos onde a qualidade de vida vinha diminuindo ou piorando, enquanto nos outros 37 distritos que haviam apresentado uma melhoria na qualidade de vida, a população reduziu em 260 mil habitantes.

Qual a dinâmica por trás dessa constante transformação da estrutura espacial e social da cidade? No caso de São Paulo, há dois fatores por trás da mudança: ganho econômico e segregação social. Já foram examinados neste capítulo alguns dos principais aspectos do processo de segregação social. Resta olhar para a questão dos negócios especulativos. O centro histórico de São Paulo, onde os principais bancos, o tribunal e a bolsa de valores estavam originalmente localizados, assistiu ao êxodo dessas atividades para outras partes da cidade, deixando para trás não apenas o comércio especializado mas também setores de serviço ligados ao Judiciário. Existem atualmente no centro de São Paulo um grande número de edifícios abandonados, tanto públicos quanto privados, alguns dos quais vêm sendo ocupados pelo





Avenida Berrini, São Paulo, 2004. Área nova e em franco desenvolvimento na cidade, anteriormente ocupada por favelas.

Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto. Os edifícios comerciais, as residências, os shopping centers, assim como os espaços culturais e de entretenimento, migraram dali especialmente em direção ao sudoeste da cidade, onde os investimentos são mais lucrativos.

Esse processo não se limita simplesmente a mudanças de atividades de um centro a outro; ele constitui uma lógica de movimento contínuo, que potencializa os altos rendimentos dos investidores que ficam sempre à procura de novas oportunidades de negócio, tornadas disponíveis pela existência de propriedades de baixo custo nessas áreas de expansão. As autoridades governamentais fornecem a infraestrutura viária e de serviços para viabilizar o desenvolvimento das novas áreas, mas não têm controle algum da organização do espaço urbano que dele resulta. Casas de classe média-baixa construídas em pequenos lotes em ruas estreitas são transformadas da noite para o dia em centros de negócio, sem preocupação alguma com a qualidade do espaço público. Torres altas construídas a partir da conjugação de vários lotes crescem rapidamente, deixando entre si

reminiscências de ocupações prévias e vastas porções de áreas residuais. A ideia de uma ordenação geral ou parcial inexistente. Do ponto de vista urbanístico, a burguesia paulista constrói um espaço extremamente "pobre", mal desenhado, oportunista (pois sempre leva ao limite a ocupação permitida pela lei), orientado apenas para a obtenção de lucro. O que ela talvez não perceba de imediato é como esse tipo de conduta contribui para o seu próprio enclausuramento, na medida que gera um aumento da violência urbana – consequência direta da exclusão social –, empurrando a própria elite para dentro de suas luxuosas moradias, dotadas então de um imenso aparato de alarmes, cercas elétricas, sistemas eletrônicos de vigilância e verdadeiros exércitos de guardas de segurança (parte do crescimento do setor terciário que tem alterado o perfil de empregos na cidade.

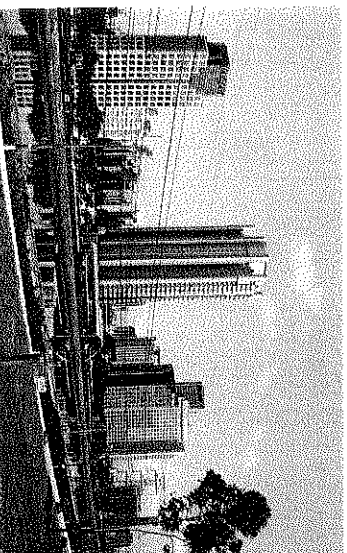
Na medida que o espaço privado fica supervalorizado, o público se deteriora. Não estamos falando de uma cidade desenhada para o lucro imobiliário – em certa medida, todas o são. Mas sim de um *laissez-faire* apenas visto nos tempos pré-hausmannianos na França, ou das Leis de Saúde Pública, na Inglaterra.

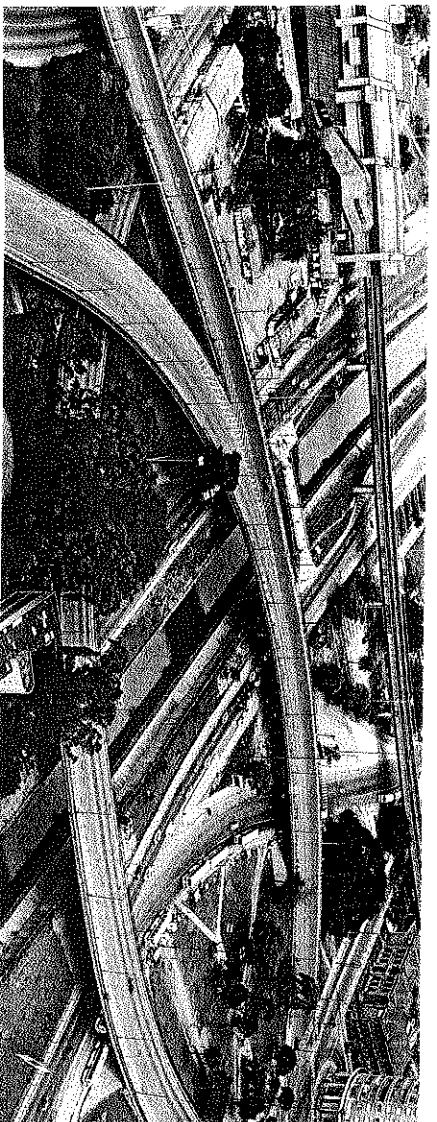
ias e vastas de uma . Do ponto de sta constrói um il desenhado, nte a ocupação as para a : não perceba de luta contribui para medida que gera consequência ando a própria moradias, dotadas armes, cercas igilância e de segurança clarío que tem dade. to fica riora. Não asenhada para o a, todas o são. Mas o: nos tempos udas Leis de

Cabe ao Poder Público, como estratégia reguladora, a ampliação do sistema viário, que corrente e dê vazão ao crescimento dessas novas áreas. Enquanto o centro antigo era servido por largas calçadas e por praças, tendo os edifícios integrados à paisagem urbana, nas novas ocupações da área sudoeste da cidade (avenidas Berrini e Marginal Pinheiros), os passeios chegam a ter apenas oitenta centímetros de largura. Pedestres disputam com postes e fiação o espaço via rua. Apesar de ser esta uma das maiores áreas em desenvolvimento em São Paulo, a sua implementação acontece sem planejamento algum. Duzias de novos prédios, altamente sofisticados, são implantados em bairros antigos sem qualquer previsão de melhoria local de infra-estrutura ou serviços. Favelas imensas localizadas em áreas próximas à Marginal Pinheiros foram eliminadas para a construção de novas avenidas que viabilizassem os grandes investimentos dos empreendedores.

O espaço urbano que resulta desse processo é, no geral, desolador: Avenidas congestionadas, ruas estreitas, lotes abandonados e antigas casas unifamiliares passam a ladear luxuosos hotéis, shopping centers e edifícios de escritórios, que priorizam o acesso por automóveis particulares. A atual administração municipal (Partido dos Trabalhadores), que assumiu o mandato da Prefeitura no período de 2001 a 2004, tem procurado reverter o processo de esvaziamento da população do centro. A medida adotada foi a de promover habitações sociais – tanto em novos edifícios quanto em construções renovadas. Tais intervenções, entretanto, se mostraram demasiado parciais em vista das exageradas proporções do atual problema da moradia. Sua vantagem consiste no fato de procurarem inserir esses projetos no tecido urbano existente, em vez da solução tradicional dos grandes conjuntos habitacionais nas distantes periferias da cidade, como tantas vezes ocorreu.

Apesar do interesse pela área central partir de uma fração, digamos, esclarecida do capital financeiro e do poder público, os dados sobre a ocupação dessa área são muito tímidos em relação ao movimento geral na cidade. Gastos na conversão de antigos edifícios industriais abandonados em novos centros culturais e na renovação de edifícios históricos visam a atrair os investimentos de volta às áreas centrais. Projetos





Parque Dom Pedro II,  
Rio Tamanduateí, São Paulo,  
1996 (acima).

Praca da Bandeira, São Paulo,  
1996. Vista aérea do centro  
com as colinas ao fundo,  
em direção às quais a  
cidade está se expandindo  
(ver página ao lado).

como o da restauração do convento da Luz - o mais importante edifício colonial da cidade -, a renovação e ampliação da Pinacoteca do Estado, e a conversão da antiga estação Júlio Prestes em casa de concertos para a Orquestra Sinfônica Estadual. trarão, espera-se, novos investimentos para a área. No entanto, no caso de ser bem sucedida essa estratégia de se redirecionar o capital imobiliário para uma regeneração do núcleo de São Paulo, o mercado criado por esses investimentos terá como consequência a expulsão dos atuais moradores da região, ali instalados em virtude do baixo custo do transporte e aluguel na área. Isso apenas repete o que tem acontecido em outras partes da cidade, contexto em que as únicas melhorias significativas na constituição do espaço são trazidas pelo investimento privado: na medida que o valor da propriedade sobe, os ocupantes mais pobres são expulsos para as áreas mais distantes e de menor valor.

São Paulo mostra os mecanismos da cidade burguesa melhor do que qualquer outra cidade: aqui, eles operam livremente, sem as restrições e o controle encontrados em outras cidades do mundo. Se havia quem duvidasse que São Paulo, na precariedade de sua condição social e de sua economia urbana, viesse um dia se tornar uma cidade global, chega-se hoje à conclusão de que é precisamente essa precariedade - criada por uma condição de segregação social extrema e pela constante migração de suas regiões de negócio -, que a torna uma cidade da mundialização financeira. Enquanto os teóricos prescreviam centro histórico recuperado,

transporte público, habitação social e diminuição nos índices de criminalidade e violência, a cidade real sabia muito bem onde investir. Afinal, de fluxos, desterritorialidade, fragmentação, segregação e valorização se compõe o seu processo urbano desde a origem.